

# O PARTIDO DO POVO



## ANOS

Em edição comemorativa do aniversário do Partido dos Trabalhadores, a Focus traz artigos e declarações exclusivas do presidente Lula, da presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, do presidente da FPA Paulo Okamoto, do ministro Fernando Haddad, Benedita da Silva e mais companheiros de luta

**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 09 de Fevereiro de 2024 Nº 129

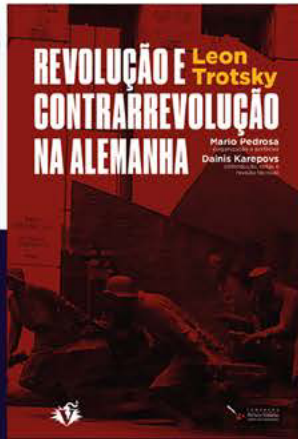
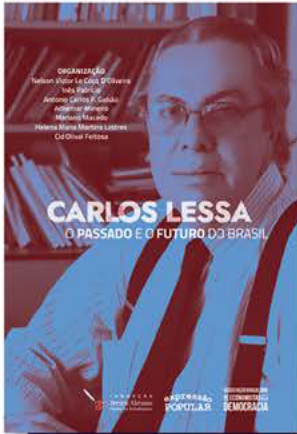
PT: 44 anos de luta por direitos

Em carta, Lula parabeniza o PT e destaca desafios

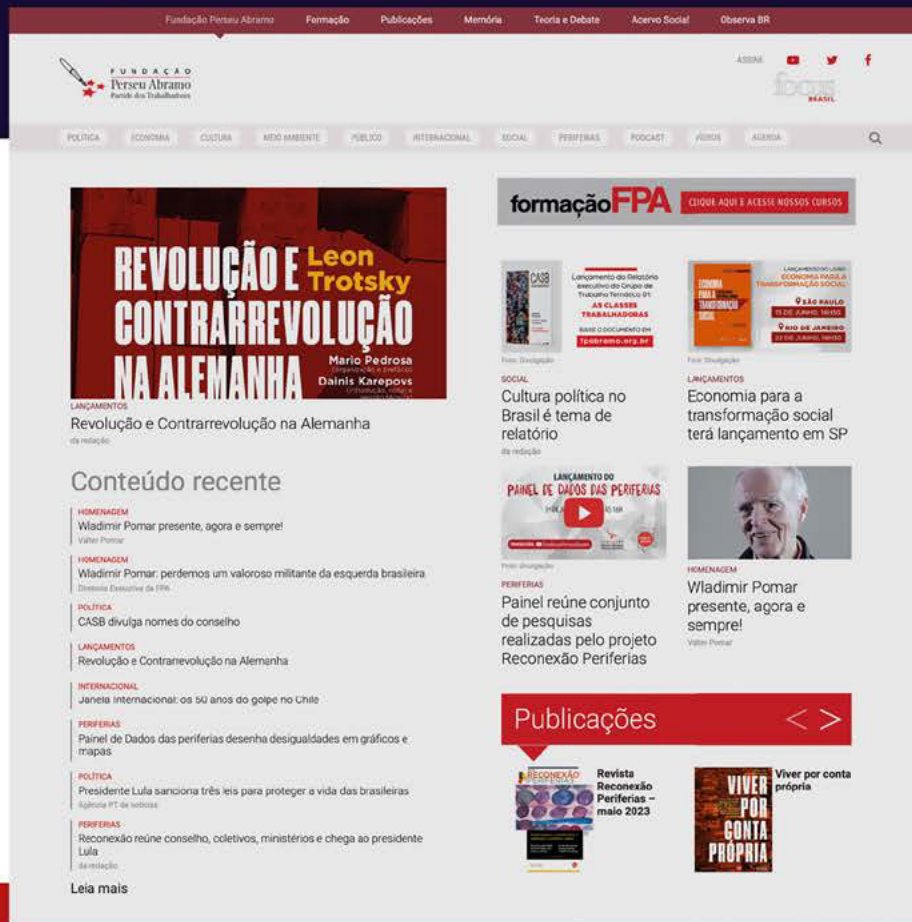
Abin: conheça as origens da Agência e sua história

CONAE tem presença de Lula em Brasília

# CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



## 27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA



■ **ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)



FUNDAÇÃO  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores

# O RENASCIMENTO DE MARX

ORGANIZADO POR MARCELLO MUSTO

adquira seu exemplar em: [autonomialiteraria.com.br](http://autonomialiteraria.com.br)



focus  
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Edição: Guto Alves

Diagramação: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Bia Abramo, Fernanda Estima,  
Fernanda Otero, Guto Alves, Isaías Dalle



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva  
Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,  
Valter Pomar e Virgílio Guimarães

## CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria  
de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira  
Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,  
Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,  
Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,  
Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,  
Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada  
Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,  
Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza  
Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges  
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,  
Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena  
Gabielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

## SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),  
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia  
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves  
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França  
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas  
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane  
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo  
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína  
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),  
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio  
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares  
Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),  
Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e  
Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

## CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

## CONTRIBUA COM A REVISTA REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem  
com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa,  
defesa da democracia e também alegria, nas festas populares  
do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda  
forma de expressão que possa estar consolidada na Revista  
são bem vindos!**

Envie um e-mail para [estudosperiferias@gmail.com](mailto:estudosperiferias@gmail.com) para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!



REVISTA  
RECONEXÃO  
PERIFERIAS



Ricardo Stuckert

# MAIS DE QUATRO DÉCADAS DE LUTA E RESISTÊNCIA

Aos 44 anos, o Partido dos Trabalhadores está hoje em seu quinto mandato à frente do Governo Federal, o terceiro com um de seus fundadores, o metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva à frente da Presidência do Brasil. O partido que elegeu também a primeira mulher presidenta do país, Dilma Roussef, em 2010, segue em luta junto às bases em defesa vigilante da democracia

## LUTA E DIREITOS

Os 44 anos do PT

Página 06

## O PT E A DITADURA

Resistência marcou e marca a história do partido

Página 08

O POVO Pela primeira vez, o pobre no orçamento

Página 10

CARTA DE LULA Presidente escreveu com exclusividade à Focus

Página 11

OKAMOTTO Presidente da FPA fala sobre desafios e saldos do PT

Página 14

HADDAD Ministro da Fazenda parabeniza o PT

Página 19

CUT O sindicalismo, a CUT e o PT em artigo de Sérgio Nobre

Página 20

CONAE Conferência

luta contra retrocesso na educação

Página 21

ABIN Conheça a história da criação da agência

Página 33

ANÁLISE Pesquisa Atlas reforça aprovação do governo

Página 35

CLEU-PT-GRAFI-DA-  
POR UM  
ERNO DOS TRABALHADORES

PR UMA REPRESENTAÇÃO  
POLÍTICA DOS  
TRABALHADORES DO D.F.

## CARTA AO LEITOR



# HÁ 44 ANOS NASCIA O PT: A ESTRELA QUE BRILHA

**Alberto Cantalice**

**R**eunidos no Colégio Sion, no centro da capital paulista: sindicalistas, estudantes, lideranças dos bairros populares, intelectuais, resistentes e membros do clero progressista resolveram no 10 de fevereiro de 1980 fundar um Partido. Nasceu aí o Partido que nesses 44 anos é o protagonista incontestado da vida política brasileira: o Partido da estrela, o Partido dos Trabalhadores.

Liderados pelo dirigente sindical metalúrgico do ABC, Luiz Inácio da Silva, que posteriormente veio a ser conhecido pelos brasileiros como Lula e contando com um numeroso grupo de dirigentes sindicais, tais como Jacó Bittar, Petroleiro de Paulínia, Olivio Dutra, bancário de Porto Alegre, Avelino Ganzer e Manoel

da Conceição, líderes dos trabalhadores rurais do Pará e do Maranhão, Benedita da Silva, liderança negra e favelada do Rio de Janeiro, do herói da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa, Apolônio de Carvalho e de intelectuais como Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda e Mário Pedrosa, surgiu como a novidade popular que daria o impulso popular na derrota da ditadura.

Surgido na perspectiva de ser a voz de quem não voz: as classes populares. O Partido desde o seu nascedouro optou em ser um Partido de Massas. Diferentemente dos Partidos comunistas e de movimentos revolucionaristas que viviam seus estertores. Optou também pela crítica à burocratização do modelo de socialismo real do Leste europeu e às limitações da social-democracia europeia.

Enfrentando as adversidades

da disputa política em um cenário de "abertura" controlada pelo regime militar, o Partido foi se constituindo como uma experiência nova e disputando eleições. Foi, no entanto, a partir das eleições municipais de 1988 que o Partido ganhou embocadura para a disputa da primeira eleição presidencial pós ditadura. Que catapultou Lula e o PT como em 1989 como a principal força política do campo democrático brasileiro.

Defensor da construção do Socialismo-Democrático o PT enfrentou o ódio dos poderosos e a perseguição implacável dos arautos da Casa Grande em passado recente.

Lutou com sua militância pelo resgate histórico e depois de quatro mandatos e de uma interrupção golpista e de um governo proto-autoritário, volta ao Palácio nos braços do povo.

Esse é o PT. Que ninguém duvide da sua gente e da sua força!



# 44 ANOS DE DEFESA E LUTA POR DIREITOS

Seja no Legislativo e em seus governos municipais e estaduais, seja na Presidência da República, o PT sempre trabalhou para o desenvolvimento do Brasil com especial atenção à classe trabalhadora

## Com Agência PT

**S**urgido no seio do movimento sindical da década de 1970, o PT não traz os trabalhadores e as trabalhadoras em seu nome por acaso. Sempre foi por essa classe que este partido, que agora completa 44 anos, em 10 de fevereiro, lutou. E seguirá lutando.

Seis anos apenas depois de ser fundado, o PT conseguiu eleger 16 deputados federais para participar da formulação da Constituição, sendo Lula o constituinte mais votado do Brasil. E o partido logo mostrou a que vinha: embora tenha dado atenção a todo o texto (o PT foi o único a formular um projeto constitucional completo), a bancada petista se dedicou especialmente às partes que tratavam dos direitos dos trabalhadores e da reforma agrária. E essa tradição, de pensar o Brasil, com especial atenção aos trabalhadores, segue firme em nossos parlamentares.

Mais tarde, ao conquistar Prefeituras e governos estaduais, o partido continuou mostrando claramente de que lado está. Mas foi ao conquistar as eleições presidenciais, primeiro com Lula em 2002, depois com Dilma em 2010, que o PT pôde mostrar ao país todo que é possível promover o desenvolvimento do Brasil ao mesmo tempo em que se trata com dignidade a maioria trabalhadora da nação.

“Obcecado por gerar empregos”, como ele mesmo já se descreveu, Lula iniciou um processo de crescimento que culminou, no fim de 2015, com o saldo de 19,5 milhões de empregos formais criados desde 2003. Em 2014, a taxa de desemprego chegou ao nível mais baixo da história: 4,8%.

E esses trabalhadores não viram apenas a carteira assinada.

Viram também seu salário subir. Lula e Dilma garantiram, em todos os 13 anos de governo do PT, aumento real do salário-mínimo, ou seja, acima da inflação. Assim, de 2003 a 2016, o piso nacional foi valorizado em mais de 70%.

## Após o retrocesso, o resgate da dignidade

Após o golpe de 2016, os retrocessos para a classe trabalhadora foram imensos. As reformas Trabalhista e da Previdência cortaram direitos, os programas sociais foram sabotados ou extintos, o salário-mínimo deixou de ser reajustado acima da inflação, o desemprego e a inflação dispararam.

Não por acaso, ao retornar à Presidência em 2023, Lula propôs ao país um projeto de união e reconstrução. E muitos dos direitos foram reconstruídos em apenas um ano. Os programas sociais voltaram todos, melhorados e ampliados; o salário-mínimo voltou a ser reajustado acima da inflação; a tabela do Imposto de Renda foi finalmente atualizada, após oito anos.

Ao fim de 2023, o Brasil pôde celebrar uma taxa de desemprego de 7,8%, a menor desde 2014. E a inflação ficou em 4,6%, fechando dentro da meta após dois anos de estouro. Para completar, a renda dos trabalhadores

cresceu 7,2% ao longo do ano passado, a maior alta dos últimos 12 anos.

Em seu terceiro mandato, Lula tem se dedicado também à garantia de direitos também a trabalhadoras e aos trabalhadores por aplicativos. Para aquelas, propôs e depois sancionou a Lei de Igualdade Salarial, tornando obrigatório que as empresas remunerem homens e mulheres que exercem a mesma função de forma igual.

Já para os brasileiros e brasileiras que tiram seu sustento por meio dos aplicativos de transporte e de entregas, Lula defendeu direitos básicos e seguridade social desde a campanha presidencial. Por isso, o governo criou um grupo de trabalho para debater o tema com trabalhadores e empresas, e deve, neste ano, encaminhar um projeto de lei para debate no Congresso Nacional.

E o trabalhador pode esperar novas conquistas, como avisou Lula no último 1º de Maio: “Vou fazer muito mais, por conta do meu compromisso com o povo trabalhador, com as pessoas que ralam o dia inteiro, que levantam 5h da manhã e andam duas horas de ônibus ou até pé, que pegam um trem lotado ou um metrô entupido, para levar um dinheirinho para casa”. Não podemos esperar menos do criador do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil.

Ricardo Stuckert





# PT, 44 ANOS DE DEMOCRACIA: DA LUTA CONTRA A DITADURA À VITÓRIA SOBRE O FASCISMO

“Quando alguém colocar dúvida sobre a democracia no Brasil, não tenham receio de utilizar a minha história e a história do meu partido como garantia de sua existência. Somente o exercício da democracia permite que um país do tamanho do Brasil tenha uma alternância de poder que leve um metalúrgico à Presidência da República.”



O discurso de Lula no ato Democracia Inabalada, que celebrou o aniversário de um ano da vitória sobre os golpistas de 8 de janeiro, nos ajuda a lembrar um dos principais compromissos do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação: a defesa incondicional da democracia.

Nascido em 10 de fevereiro de 1980, em plena ditadura, o PT é resultado direto do desejo de operários por democracia real. Lula teve a ideia de criar o partido em fevereiro de 1978, quando, então líder sindical, viajou a Brasília para entregar reivindicações aos deputados e senadores. Na capital, fez uma estarrecedora constatação: dos 430 parlamentares que formavam o Congresso Nacional, apenas dois – Aurélio Peres e Benedito Marcílio – eram operários.

Ver o Legislativo dominado por uma elite simpática à ditadura militar fez Lula vislumbrar a criação de um partido dos trabalhadores e das trabalhadoras. E a ideia se tornou realidade dois anos depois, em cerimônia no auditório do Colégio Sion, no bairro de Higienópolis, em São Paulo.

Em 1982, o PT conseguiu seu registro oficial no TSE e elegeu seu primeiro prefeito, Gilson Menezes, em Diadema (SP). Nos dois anos seguintes, o partido juntou-se ao movimento Diretas Já e, em 1986, elegeu 16 deputados federais, incluindo Lula. Operários, pela primeira vez na história, ajudariam a escrever a Constituição brasileira, promulgada em 1988.

Com Lula, o PT chegou em segundo lugar nas eleições de 1989, 1994 e 1998. Depois, o país sentiria o gosto da real democracia, ao ver um ex-metalúrgico, em 2003, e uma mulher, em 2011, se tornarem presidentes da República.

## Respeito e compromisso

Em 13 anos, os governos petistas contribuíram para a construção da democracia. A fome deixou de existir, os trabalhadores viram o salário-mínimo ser valorizado, jovens pobres e negros tiveram acesso à universidade, as desigualdades foram combatidas.

O respeito e o compromisso do PT com as instituições democráticas são tão grandes que não deixaram de existir nem mesmo quando o Legislativo e o Judiciário foram usados por alguns para dar um golpe em Dilma Rousseff e prender Lula. Buscou-se a verdade na justiça, e a verdade foi vitoriosa.

Assim como foi vitoriosa, mais uma vez, a democracia brasileira, que disse não ao projeto fascista e autoritário de Jair Bolsonaro e trouxe de volta à Presidência o operário Lula, cuja nova missão é unir e reconstruir o país, para fazê-lo avançar ainda mais.

Hoje, ao celebrar 44 anos de existência, o PT se tornou um partido do tamanho e com a cara do Brasil. Conta com dire-

tórios organizados em quase 4 mil municípios e reúne em sua militância, em seus filiados e suas lideranças toda a diversidade da sociedade brasileira – homens e mulheres, trabalhadores do campo e da cidade, brancos, negros e indígenas, LGBTQ+, pessoas com deficiência, de jovens a idosos.

Em 2024, duas importantes missões recaem sobre este partido. A primeira é fazer com que o campo progressista eleja o maior número possível de prefeitos e prefeitas e ampliar ao máximo seu número de vereadores e vereadoras.

A outra é continuar apoiando Lula a cumprir sua missão, impedindo assim o retorno dos fascistas sem apreço algum pela democracia. Estes foram derrotados nas eleições de 2022, foram derrotados mais uma vez em 8 de janeiro de 2023 e certamente continuarão conhecendo a derrota. Porque a democracia não é um valor caro apenas ao PT, mas à grande maioria dos brasileiros. E é ao lado dessa maioria que no colocamos até hoje e nos colocaremos sempre. •



**DEMOCRACIA** - Lula discursa ao lado de outras lideranças no primeiro comício pelas eleições diretas, em 1983. Imagem: Agência Senado.

# MAIS DE QUATRO DÉCADAS DEDICADAS A GARANTIR OS DIREITOS DO POVO BRASILEIRO

Sem o PT, até mesmo os não militantes precisam admitir, o Brasil não teria experimentado gestões com um olhar cuidadoso às necessidades da maioria de sua população

“ Não queremos tirar nada de ninguém. A única coisa que queremos é ter o que merecemos: respeito, dignidade, oportunidade.” A frase de Lula, dita em agosto passado, quando seu governo anunciava, no Amazonas, a retomada do programa Luz Para Todos, resume bem o ideal defendido pelo Partido dos Trabalhadores, que comemora, em 10 de fevereiro, 44 anos de existência.

Reprodução



Seja nas Prefeituras ou nos governos estaduais que comanda ou comandou, seja nos governos Lula e Dilma, o PT sempre atuou pensando na cidade, no estado e no país como um todo. Mas também sempre manteve um olhar mais atento aos mais pobres, àqueles que, historicamente no Brasil, tiveram direitos e oportunidades negados.

E isso faz do PT um partido necessário ao Brasil. Basta ver que foi apenas a partir de 2003, quando Lula se tornou presidente, que a fome passou a ser enfrentada de verdade neste país.

O primeiro compromisso assumido pelo ex-metalúrgico após assumir o comando da nação foi justamente o de tomar providências para que todos os brasileiros tivessem café da manhã, almoço e jantar todos os dias. Dito e feito: em 2014, já durante o governo de Dilma Rousseff, a ONU declarou o Brasil fora

do Mapa da Fome.

Lamentavelmente, a retirada do PT do poder, por meio de um golpe, em 2016, fez com que a fome voltasse, mostrando o desprezo pelo povo das elites, que deram suporte ao impeachment fraudulento e aos desastrosos governos Temer e Bolsonaro.

De 2016 a 2022, vários outros retrocessos ocorreram. Programas sociais que garantiam um mínimo de dignidade e conforto aos mais humildes ou foram sabotados ou simplesmente deixaram de existir.

## Não é milagre, é vontade política

E não por milagre, mas por simples vontade política, voltaram a existir em 2023, com Lula mais uma vez presidente. Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Luz Para Todos, Água Para Todos, Programa de Aquisição de Ali-

mentos, Mais Médicos, Farmácia Popular e outros mais de 30 programas sociais foram retomados e ampliados em apenas um ano.

E novos foram criados, como o Pé de Meia, que cria uma poupança para estimular adolescentes e jovens a concluir o ensino médio. Isso sem falar no retorno dos investimentos em educação e saúde e no compromisso de voltar a retirar o Brasil do Mapa da Fome.

Sem o PT, até mesmo os não militantes precisam admitir, o Brasil não teria experimentado gestões com um olhar cuidadoso às necessidades da maioria de sua população. E é isso que dá força a este partido, que tantos poderosos já tentaram, sem sucesso destruir. Como muito bem disse nossa presidenta nacional, Gleisi Hoffmann, recentemente: “O PT está vivo porque está no coração do povo brasileiro”.



# LULA: “AOS 44 ANOS, TEMOS QUE AVANÇAR AINDA MAIS, MAS SEM ESQUECER DE ONDE VIEMOS”

Carta enviada à Redação da Revista Focus

**Leia a carta do presidente Lula na íntegra:**

**N**o começo, era só um retalho de pano vermelho, que a Marisa pegou e costurou uma estrela branca por cima. Mas por trás daquela bandeira improvisada havia uma determinação muito sólida: mudar a história deste país. E nós mudamos.

O PT nasceu enfrentando a ditadura. E ajudou o Brasil a vencer a ditadura. O PT cresceu num momento em que o povo não tinha direitos. E com apenas oito anos de existência ajudou a gravar na Constituição os direitos do povo brasileiro.

O PT enfrentou o neoliberalis-

mo. A ditadura do pensamento único. O fim da história. O fim do Estado. A crise financeira mundial de 2008. O golpe e as mentiras. A injustiça e o ódio das elites. E nunca se rendeu.

Levamos 22 anos para chegar ao governo. E em apenas 13 anos no governo conseguimos o que nenhum outro partido, em qualquer momento da história, jamais foi capaz de realizar.

Fizemos o país crescer com inclusão social. Tiramos o Brasil do Mapa da Fome. Colocamos o povo pobre no orçamento, na universidade e na vida digna.

Aos 44 anos, temos que avançar ainda mais, mas sem esquecer de onde viemos. Retornar às nossas raízes, ao mesmo tempo em que nos renovamos para ven-

cer novos desafios da era digital.

É preciso percorrer de novo o Brasil, ocupar as ruas, conversar com as pessoas nos bairros, igrejas, locais de trabalho, movimentos sociais, universidades. Jamais perder de vista a sabedoria do povo brasileiro.

Mas é também preciso também promover o debate nas redes sociais. Combater o ódio, a desinformação e a fake news.

E assim mostrar àqueles que de tempos em tempos anunciam a morte do PT, que nós estamos mais vivos do que nunca. E cada vez mais jovens.

Viva o PT. E viva a extraordinária militância do PT.

**Luiz Inácio Lula da Silva**  
Presidente da República Federativa do Brasil



# PT: O PARTIDO DO POVO BRASILEIRO

O PT nasceu enfrentando a ditadura militar, em meio às lutas pelo direito de greve e pela liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores e do povo oprimido. Foi o primeiro partido nacional criado a partir da base popular, principal referência de nossa ação política.

## Gleisi Hoffmann

**E**m 44 anos de história, sempre do lado do povo brasileiro, o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras segue sendo forjado e renovado nas grandes lutas pela transformação do país. Nascemos para mudar o Brasil, combatendo a injustiça e a opressão. Hoje

nossa principal tarefa é sustentar o projeto de reconstrução liderado pelo presidente Lula, ao mesmo tempo em que enfrentamos a extrema-direita, que derrotamos em 2022, mas continua ameaçando o país.

O PT nasceu enfrentando a ditadura militar, em meio às lutas pelo direito de greve e pela liberdade de organização e manifestação dos trabalhadores e

do povo oprimido. Foi o primeiro partido nacional criado a partir da base popular, principal referência de nossa ação política. A história e a atuação do PT se entrelaçaram com os movimentos sociais e organizações populares e sindicais como a de nenhum outro partido político em nosso país.

A história do PT é a história das conquistas sociais, econô-

Reprodução

micas e democráticas do povo brasileiro, desde a luta pela redemocratização até os dias de hoje. Nossa bancada na Constituinte de 1988 expressou as reivindicações e o grau de organização da classe trabalhadora da cidade e do campo, na defesa dos direitos sociais, trabalhistas e da cidadania; da reforma agrária, dos povos indígenas, das mulheres e do povo negro. Expressou a definição do Brasil como país soberano e democrático.

Começando pelas prefeituras, mostramos um novo modo de governar, com participação popular e prioridade para o social. Confrontamos, nas ruas, nos sindicatos e nos parlamentos, a maré neoliberal dos anos 1990 e sua política de redução do estado, de privatizações daninhas e entrega do patrimônio nacional. O acúmulo de nossas lutas, sempre em sintonia com a pauta do povo, nos levou a governar o país, com a liderança do presidente Lula, em apenas duas décadas de existência.

Os governos do PT colocaram em prática os direitos estabelecidos na Constituição que, de outra forma, teriam ficado apenas no papel e nas intenções. Novas políticas públicas, como o Bolsa Família, aumentos reais do salário-mínimo, a maior reforma agrária de todos os tempos, o PAC, Prouni, as cotas para ingresso nas universidades, o fortalecimento do SUS e da Saúde na Família, as UPAS, o resgate da Petrobrás e dos bancos públicos, mudaram para muito melhor a vida do povo e a face do país.

Mostramos que era possível governar o Brasil de outra maneira, rompendo com séculos de exclusão, patrimonialismo e concentração de renda e poder político. A economia cresceu como não ocorria havia mais de 50 anos, e de um modo inédito: com distribuição de renda



Nossa luta, nossos compromissos e nosso legado nos deram a oportunidade histórica de derrotar o fascismo nas urnas

e redução das desigualdades, inclusive entre as regiões. O Brasil assumiu protagonismo entre as nações, promoveu a integração regional, a cooperação com os países da África, conquistou novos mercados e colocou na pauta internacional o combate à fome e à pobreza.

Tantas mudanças em tão breve tempo contrariaram poderosos interesses econômicos, geopolíticos e de classe, que se concentraram para interromper o processo de transformação do Brasil. Primeiramente, pelo golpe do impeachment sem crime em 2016, que depôs a presidenta Dilma Rousseff. O golpe teve sequência com a perseguição, condenação sem provas e prisão ilegal do presidente Lula, para impedi-lo de disputar as eleições de 2018, que instalaram um governo militarizado, radicalmente neoliberal e de extrema-direita em nosso país.

No momento mais difícil de nossa história, o PT encontrou, em nossa militância e no coração do povo brasileiro, as forças necessárias para resistir a uma campanha de destruição que teria feito qualquer outro partido sucumbir. Nunca deixamos cair a bandeira Lula Livre, nunca nos intimidamos diante das mentiras na mídia e no submundo das re-

des, nem das ameaças de chefes militares corrompidos pelo bolsonarismo. Nunca desistimos de lutar pela verdadeira justiça; até que ela foi alcançada com a anulação dos processos ilegais e a decretação, pelo Supremo Tribunal Federal, da parcialidade de Sergio Moro e seus comparsas.

Nossa luta, nossos compromissos e nosso legado nos deram a oportunidade histórica de derrotar o fascismo nas urnas e voltar ao governo em 2022, com Lula, para reconstruir o país e recolocar o Brasil no rumo da transformação. Vencemos muitas batalhas para voltar, mais conscientes de quem são nossos verdadeiros aliados e quem são os nossos adversários. Conscientes de que temos de corresponder às expectativas e esperanças do povo, concretizando a democracia, única maneira de impedir o avanço e retorno das forças da extrema-direita.

O maior ensinamento que podemos tirar desses 44 anos de história é simples e não deve ser esquecido: o PT existe, resiste e avança porque sempre foi, é e tem que continuar sendo o partido do povo brasileiro.

**Gleisi Hoffmann**

Presidenta Nacional do Partido dos Trabalhadores



# PAULO OKAMOTTO: “ENQUANTO MANTIVER SUAS RAÍZES DE LUTA, O PT TEM GRANDE FUTURO”

## Redação Focus

**O** presidente da Fundação Perseu Abramo, Paulo Okamoto, reflete em entrevista à **Focus os desafios do Partido dos Trabalhadores no marco de seus 44 anos.**

Construtor do Partido desde

sua fundação, Okamoto trabalhava na Brastemp quando recebeu um panfleto do então líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva. “Chamou a minha atenção naquele momento porque o Lula já era famoso no ABC e eu não esperava encontrá-lo na porta da fábrica”. Esse fato o surpreendeu e mostrou como o sindicato era

sério. Foi isso que o levou a atuar no movimento sindical. Aos 25 anos, em 1981, Okamoto assumiu um cargo de tesoureiro no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, sucedendo a diretoria encabeçada por Lula, que tinha sido cassada pela ditadura devido às greves históricas.

Desde então, Okamoto foi

companheiro de Lula na construção do Partido dos Trabalhadores. Nessa trajetória, participou da campanha de Lula para governador; foi da coordenação à candidatura de Lula a deputado constituinte; tesoureiro da campanha presidencial em 1989, tarefa que acumulou com a presidência do diretório estadual do PT de São Paulo. Em 1990 participou da criação do Instituto de Pesquisa e Estudos do Trabalhador (IPET), antecessor do Instituto Cidadania, hoje Instituto Lula, do qual foi presidente e atualmente é um dos diretores. Em 2003, assumiu a diretoria de administração e finanças do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae - Nacional). Em 2005, foi eleito presidente da entidade, cargo que ocupou até 2010.

A busca por justiça social e oportunidade para todos é o que o move até os dias atuais. Para Okamoto, em que pese as dificuldades organizativas, que podem e devem ser discutidas, o PT ainda é o partido que melhor representa os ideais de uma sociedade justa para os trabalhadores. “Enquanto houver desigualdade social, o Partido dos Trabalhadores será imprescindível para o Brasil”, avalia.

Atualmente, à frente da FPA, concentra seus esforços na formação de simpatizantes, militantes e dirigentes partidários por todo o país, “Nosso objetivo é gerar conhecimento, comportamento e atitude para auxiliar a transformação social que queremos.”

**Leia a seguir trechos da entrevista.**

**FOCUS - As ideias e as necessidades que serviram de base para a fundação do PT prevalecem até hoje?**

- Paulo Okamoto - A causa e a necessidade, eu vejo perfeita-

mente. Nós temos um país onde, em que pese todo o esforço que fizemos durante os governos do PT em que conseguimos avançar em diferentes áreas, como educação, saúde, habitação, combate à pobreza e à fome, entre tantas outras ações, ainda há milhares de pessoas dormindo na rua, inclusive famílias inteiras, em condições subumanas. Ainda há também milhões de pessoas desempregadas ou subempregadas. Muita gente ainda não

**ACABAR COM  
A FOME E A  
MISÉRIA, CRESCER  
E DESENVOLVER  
O BRASIL É UMA  
MISSÃO DE TODOS.**

tem acesso às políticas públicas que construímos. Então, a nossa bandeira ainda faz muito sentido. Já fizemos muito, mas ainda há muito trabalho para ser feito. Enquanto o partido for defensor dessas causas, necessidades, desses fundamentos e querer buscar soluções para as dificuldades que o povo atravessa ele será fundamental. Eu acredito que o PT tem um grande futuro.

**- E como o PT vem preparando seus dirigentes, seus quadros, para esse partido do futuro?**

- Eu acredito que deve ser essa a missão da Fundação Perseu Abramo. A maioria dos nossos militantes foram formados nas lutas sociais e mesmo eleitorais. Mas o problema é que precisamos formar muito mais gente para andar mais rápido o processo de conscientização e organização. Na minha opinião, a dinâmica atual do funcionamento do Partido não permite que haja discussões suficientes sobre problemas organizativos e políticos que dizem respeito à construção partidária. É por isso que estamos investindo na produção e difusão de conhecimento para formar os dirigentes partidários em todo o país e para explicitar quais são as suas principais tarefas. Estamos discutindo e sistematizando os conhecimentos, comportamentos e atitudes para um bom trabalho de base. Além disso, queremos entregar para os nossos quadros soluções para os problemas do tempo atual, como a inovação de propostas e discursos para dialogar com setores estratégicos da sociedade, como nos desafios da segurança pública, como tratar a questão da religião na política, como falar com os empresários de pequenos negócios. Essas iniciativas visam com que mais gente conheça e simpatize com a proposta do Partido. Por isso, precisamos nos capacitar para combater as narrativas do senso comum usadas pela ultradireita para esvaziar as nossas propostas. Esse não é um desafio pequeno, visto que são usados valores que estão enraizados na nossa sociedade há centenas de anos, como “o argumento de que as mulheres precisam ganhar menos porque faltam mais no serviço, ficam grávidas etc” ou então a ideia de que “bandido bom é bandido morto” ou ainda



que o “Estado é muito grande, muito pesado e que tem muito funcionário público” e a velha mentira de que “se tirar os direitos dos trabalhadores, vai ter emprego”. Enfim, uma série de chavões que a direita usa e que nós temos que aprender a combater porque são ideias conservadoras e, muitas vezes, defendidas pela classe trabalhadora.

- O PT nasceu para ser uma ferramenta da classe trabalhadora. Você acha que hoje ele dialoga com essa classe trabalhadora que tem se modificado tanto?

- O partido dialoga com uma parte importante da classe trabalhadora, principalmente com os mais humildes que ganham de 0 a 2 salários mínimos. Mas o mundo do trabalho mudou, há novas relações de trabalho; a classe trabalhadora vê valores nas formas de prestar serviço, como a flexibilização de horário e a possibilidade de ter renda por iniciativa própria. Agora os trabalhadores não estão somente nas fábricas, mas estão em redes de empresas

## ESTAMOS DISCUTINDO E SYSTEMATIZANDO OS CONHECIMENTOS, COMPORTAMENTOS E ATITUDES PARA UM BOM TRABALHO DE BASE

que compõem as cadeias de produção de valor. Por isso, para obter a maioria da sociedade, nós precisamos aprender, ter consciência e colocar em nossas preo-

cupações a solução da angústia da classe média e dos empresários de pequenos negócios. Sem ter um discurso para eles, não seremos capazes de transformar o país. Acabar com a fome e a miséria, crescer e desenvolver o Brasil é uma missão de todos. E é justamente por isso que precisamos ampliar o nosso diálogo e organização.

- E o que você falaria para uma liderança que está ingressando no partido ou com dúvidas de ingressar no partido?

- Eu falaria para ela que não tem saída sem a participação dela na política e a luta por mais equilíbrio social em todo mundo. Estamos vivendo tempos difíceis com o crescimento de conflitos, guerras, ataques à democracia e rebaixamento do papel dos trabalhadores. E se ela quer construir outra realidade, o lugar dela é no Partido. Em que pese as nossas debilidades, um partido político é uma grande ferramenta de transformação. Que ela possa vir somar para acabar com as nossas deficiências e construir



um partido mais vigoroso e que nunca se conforme com as limitações dele e que seja sempre criativa e ousada na militância. Ou seja, que não se conforme com a mesmice. O que eu não nunca vou dizer é: “entre e participe só das tendências, participe do diretório e fique na disputa interna”. Eu não vou recomendar isso para ninguém que queira entrar no partido.

### - Qual a importância do trabalho de base para o partido?

- É importante a gente tomar consciência do que é o trabalho de base, como ele é feito, a quem ele se destina. Se tivermos clareza dos objetivos, fica mais fácil verificar os seus resultados. Para mim, o trabalho de base é uma prática política que busca ampliar a consciência e a ação em torno de causas concretas. Então, por exemplo, se você quiser ser um bom sindicalista, têm formas e conhecimentos para fazer esse trabalho de base. O conhecimento humano e a ciência (são produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras) têm que ser examinados, reelaborados e disseminados com a intenção de aperfeiçoar o trabalho de base. Por exemplo, as técnicas para interpretar a realidade e fazer uma boa análise de conjuntura, para realizar um planejamento, ter uma boa oratória e escrever com clareza são conhecimentos que podem ajudar na ação partidária. Nós queremos chamar a atenção de que há conhecimentos que podem ser mobilizados de acordo com o objetivo de cada tipo de trabalho de base, para agregar em torno de causas específicas e obter melhores resultados.

### - E quais são os desafios para os próximos 40 anos?

- Os desafios são muitos. Primeiro, a sociedade mudou muito nesses 44 anos; outros meios de

comunicação foram construídos com uma grande capilaridade, como as redes sociais, as pessoas estão mais individualistas e mais consumistas. Ao mesmo tempo em que essas pessoas pensam enquanto consumidores na maior parte de seu tempo, quase nada discute-se as saídas coletivas, em projetos de país e do mundo, com mais justiça social, com empregos e salários decentes, desenvolvimento sustentável, preservação do meio

## TEMOS INVESTIDO NA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO PARA FORMAR OS DIRIGENTES PARTIDÁRIOS EM TODO O PAÍS

ambiente, com cultura, educação e ciência e tecnologia para as pessoas de fato viverem e não apenas sobreviverem em meio a tanto desequilíbrio. Uma ilustração disso que estou falando: as pessoas sempre querem o melhor carro, o melhor tênis, o melhor telefone, a melhor roupa, os melhores perfumes. Mas a pergunta é: como é que nós vamos conquistar isso se muitas vezes o salário não permite e também

muitas dessas coisas não são feitas no país que a gente mora? Essa é uma discussão que precisa conectar a necessidade de ter bons empregos, portanto, para isso o país tem que ser desenvolvido. Não pode ter desenvolvimento só para meia dúzia, tem que ser para milhões, para que milhões de pessoas tenham condições de consumir esses produtos que a sociedade moderna produz - e de uma forma moderada, porque se temos um alto consumo de tudo, também o planeta não aguenta - mas que permita às pessoas ter uma vida feliz, uma vida com segurança, uma vida confortável, uma vida com futuro.

### - Nesse cenário do futuro, como você vê o PT nos próximos anos?

- O PT nos próximos anos será um partido que se apropria mais rapidamente de todas essas ferramentas que a sociedade está produzindo, que sabe atuar em redes sociais e redes organizativas com um discurso mais articulado e que seja reconhecido pela maioria da sociedade como um partido extraordinário pela defesa da classe trabalhadora, por suas marcas de gestão pública e contribuição com o desenvolvimento do país. Um PT legitimado por se preocupar com o meio-ambiente e visto pela juventude como o lugar que discute e defende o seu futuro e presente. Um PT entrelaçado com a luta das mulheres e de igualdade racial; a casa dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Um Partido que tenha uma prática condizente com a sua história e com as bandeiras que ergue, ao mesmo tempo que tem comportamentos e atitudes inovadoras que empolgam e estimulam a transformação do Brasil. Esse é o partido que nós precisamos e que vamos construir.●



# O VITORIOSO CAMINHO DO PT E DE LULA!

**Benedita da Silva**

**N**enhum partido fez mais pelo nosso povo do que o Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras que completa 44 anos no dia 10 de fevereiro. A necessidade de um partido dos trabalhadores foi sentida pelo então líder sindical Lula quando dirigia as greves operárias que nos anos de 1978 e 1979 desafiavam a repressão da ditadura militar.

Para Lula e as lideranças operárias e populares, se tornou claro que para as classes trabalhadoras conquistarem seus direitos e melhorarem de vida precisavam ter seus próprios representantes na disputa política. Por isso o PT foi fundado em fevereiro de

1980: para dar vez e voz aos trabalhadores e trabalhadoras das cidades e dos campos; às lutas dos povos negro e indígena, das mulheres, das juventudes e dos movimentos comunitários e demais oprimidos e discriminados.

O PT cresceu, conquistou prefeituras e governos estaduais e em pouco tempo para a história de um partido político elegeu para sucessivos mandatos Lula e Dilma presidentes da República. Eleger presidentes um operário e uma mulher num dos países mais conservadores do continente americano mostra a grande força transformadora do PT.

As forças da direita reagiram e derrubaram a presidenta Dilma no golpe do impeachment de 2016. Mais tarde, prenderam arbitrariamente Lula para ele não

disputar a presidência em 2018 e assim garantirem a eleição do neofascista Bolsonaro. O trágico resultado dessa eleição para o povo e o país todos sabem como sabemos também a jornada heroica de Lula depois que foi libertado da sua prisão política e unificou as forças democráticas numa ampla frente ampla para derrotar a continuidade de Bolsonaro em 2022.

Ao esmagar a tentativa de golpe fascista de 8 de janeiro, Lula abre caminho para a consolidação da democracia, a retomada das políticas sociais e do crescimento econômico a adoção do desenvolvimento industrial, inclusivo, sustentável e soberano do Brasil.

**Benedita da Silva**, deputada federal



## FERNANDO HADDAD: “O PT É UM DOS ACONTECIMENTOS MAIS IMPORTANTES DA POLÍTICA NACIONAL”

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, escreveu mensagem à redação da Focus para parabenizar o Partido dos Trabalhadores por seus 44 anos. Filiado ao PT desde o início dos anos 80, Haddad o atual ministro da Fazenda do Brasil já esteve à frente das pastas da Educação de 2005 a 2012, nos governos Lula e Dilma Rousseff, e prefeito da cidade de São Paulo de 2013

a 2016.

“O partido dos trabalhadores é um dos acontecimentos mais importantes da vida política nacional de todos os tempos. Os trabalhadores, pela primeira vez, conseguem, a partir do chão de fábrica, organizar um partido autônomo que visa defender os seus próprios interesses e, a partir dos interesses dos assalariados, conceber uma nova visão

de sociabilidade e de nacionalidade. É um evento importantíssimo o surgimento do PT, sobretudo, sob a liderança de um político excepcional que saiu da fábrica depois de uma longa jornada do Nordeste para São Paulo e que, a partir de um projeto coletivo, conseguiu representar os anseios de uma nação. Parabéns e longa vida ao Partido dos Trabalhadores!”



# A CUT E OS 44 ANOS DO PT

No final dos anos 1970, as lutas sociais tiveram como epicentro as greves operárias do ABC, que se multiplicaram país a fora, nas cidades e no campo. No desdobramento desse processo, amadureceu a ideia de que a transformação da sociedade não avançaria substancialmente sem um partido político que representasse os interesses da classe trabalhadora.

## Sérgio Nobre

**N**o início dos anos 1980, dois fatos foram decisivos para o futuro da democracia no Brasil, a fundação do Partido dos Trabalhadores no dia 2 de março de 1980 e a criação da CUT três anos depois. A origem de um esteve intimamente imbricada na história do outro e ambos fizeram parte do processo mais amplo em que a sociedade brasileira se colocou em movimento para se livrar do regime ditatorial e reconquistar a democracia.

No final dos anos 1970, as lutas sociais tiveram como epicentro as greves operárias do ABC, que se multiplicaram país a fora, nas cidades e no campo. No desdobramento desse processo, amadureceu a ideia de que a transformação da sociedade não avançaria substancialmente sem um partido político que representasse os interesses da classe trabalhadora.

O Partido dos Trabalhadores veio a ser a síntese das lutas de setores da esquerda contra a ditadura, para além do movimento operário e dos movimentos sociais. O PT se transformou no fe-

nômeno político mais relevante do Brasil nas últimas quatro décadas, tendo governado o país a partir de 2003, processo interrompido pelo golpe em 2016 e retomado com a vitória de Lula em 2022.

Foram inúmeras as conquistas da classe trabalhadora nesses anos de governos petistas, assim como ainda continuam enormes os desafios para combater a miséria, superar as desigualdades, recuperar e ampliar direitos, fortalecer a democracia e reconstruir o país. Vida longa ao PT!

**Sérgio Nobre**  
presidente nacional da CUT



# CONFERÊNCIA QUER RESGATAR A EDUCAÇÃO DO SEQUESTRO PÓS-GOLPE

O presidente Lula, presente à Conae, em cerimônia realizada no dia 30 de janeiro, garantiu que seu governo tratará com respeito e atenção as propostas saídas da conferência.

Isaías Dale

O rumo imaginado para o futuro da educação no Brasil, ao menos para a maioria dos segmentos que participaram da Conferência Nacional de Educação 2024 (Conae), passa pelos seguintes pontos:

- revogação do chamado Novo Ensino Médio, sendo substituído pelo novo modelo que tramita no Congresso, com base nos projetos de lei 2601 e 5230, ambos de 2023;
- revogação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e substituição por um novo projeto curricular a ser construído;

- revogação da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica, sendo substituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para as Licenciaturas;

- universalização da pré-escola a partir dos quatro anos de idade, do Ensino Fundamental com ciclo de nove anos e garantia de educação para toda a população até 17 anos;
- triplicar matrículas da educação profissionalizante no Ensino Médio;
- educação de tempo integral, de sete horas diárias, para pelo menos 50% dos estudantes;
- padrões de qualidade para a educação a distância;
- implantação efetiva do cus-

to aluno-qualidade, parâmetro mínimo a ser investido considerando o critério de qualidade de ensino e não o orçamento disponível;

- investimento de 10% do PIB em educação.

Estas medidas compõem o conjunto de resoluções aprovadas pela Conae 2024 em sua etapa nacional, realizada entre os dias 28 e 30 de janeiro, em Brasília. Algumas delas demandam iniciativa imediata, como a revogação do modelo de ensino médio aprovado pela gestão de Michel Temer, o ex-vice que virou presidente após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Aquele plano continua em vigor, e tem sido criticado pelas entidades de professores e estudantes desde antes de sua aprovação pelo Congresso, em 2017. O governo Lula já encaminhou, em dezembro do ano passado, um projeto de lei para substituí-lo, o de número 5230.

No entanto, as entidades que participaram da Conae 2024 acreditam que o projeto do Executivo pode e deve ser aperfeiçoado, com a inclusão de propostas contidas no PL 2601, apresentado em maio do ano passado pelo deputado João Carlos Bacelar Batista (PV-BA), com apoio de entidades que compõem o Fórum Nacional de Educação (FNE), organizador da Conae.

Há frequentes críticas ao modelo idealizado pela gestão Temer, como a de que o currículo constrói um ensino voltado principalmente à simples formação de mão-de-obra técnica para o mercado de trabalho, com a diminuição do tempo para o estudo de ciências humanas. Outro problema apontado é a adoção de disciplinas optativas sem que os estudantes tenham sido preparados para uma escolha refletida, o que pode levar muitos a decidirem entre distinções imaginárias como disciplina “chata” em contraposição a disciplina “fácil” ou “inútil” a “prática”.

Outro velho problema tem acompanhado o Novo Ensino Médio em estados e municípios: a falta de preparação específica para educadores lidarem com mudança de tal monta e falta de professores contratados para lecionar algumas das disciplinas.

Neste ponto, o da formação continuada dos educadores, a Conae 2024 propõe igualmente uma mudança radical. Com a revogação das atuais bases curriculares, inclusive para os cursos voltados a professores e profes-

sores, a conferência reivindica a criação de algo novo. Uma das alternativas já está colocada. As Diretrizes Curriculares Nacionais para as Licenciaturas foram elaboradas a várias mãos no âmbito do Conselho Nacional de Educação.

Aqui, outro ponto importante a se considerar quando se fala em conferências nacionais, e não apenas na Conae 2024. Resoluções e propostas dos organismos de controle e participação social, como conselhos e conferências, têm grande dependência do Executivo para se tornarem realidade. Os governos Temer e Bolsonaro dedicaram desprezo absoluto a essas diretrizes curriculares, propostas em 2002 e agora recolocadas na mesa como reivindicação.

O presidente Lula, presente à Conae, em cerimônia realizada no dia 30 de janeiro, garantiu que seu governo tratará com respeito e atenção as propostas saídas da conferência. Essas propostas foram entregues ao Executivo, com a intenção de influenciar a elaboração do projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034. As disputas em torno do PNE vão envolver também o Legislativo, onde se dá a articulação de todos os setores, inclusive a extrema-direita e os defensores da primazia do ensino privado sobre o público.

Em seu discurso, Lula definiu: “O que nós precisamos é ter competência e habilidade para conversar com aqueles que nós não gostamos e com aqueles que não gostam de nós, para que a gente possa convencê-los a votar nas coisas que nós queremos”. O presidente respondia à palavra de ordem pela revogação do modelo de ensino médio, cuja substituição depende de votos no Congresso.

Lula sugeriu mobilização em torno das propostas, mas com

realismo. “Temos que cobrar do governo que elegeamos, mas sempre cobrar de olho na realidade, porque, quando pedimos mais dinheiro para alguma coisa, tem duas formas de a gente ter: ou a receita cresce ou nós temos que tirar de uma área para colocar em outra”. Em 2022, segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil investiu 5% do PIB em educação pública, contra os 10% defendidos pela Conae.

Também presente à cerimônia, o ministro da Educação, Camilo Santana (PT-CE) enunciou medidas já concretizadas pelo atual governo. O ministro afirmou que o aumento do orçamento do MEC será 30% maior do que ao de 2022, o que permitirá, entre outros avanços, a criação de 100 novos institutos federais no Brasil e a expansão das universidades. Camilo Santana anunciou que, ainda neste ano, todo estudante indígena que não reside nas moradias das universidades terá acesso a bolsa permanência. “Nós queremos o PNE [Plano Nacional de Educação] da equidade no Brasil, para acabar com as diferenças entre pobres e ricos, negros e brancos, para dar oportunidade a todos”.

Antes de discursar, o ministro havia sido recebido pela plateia aos gritos de “Fora, Lemann”, em referência ao instituto de mesmo nome que atua na educação privada e defende o modelo de ensino médio hoje em vigor na rede pública.

Mas nem só de protestos da esquerda se fez a Conae 2024. Numa estratégia pouco comum quando o assunto são conferências nacionais, a direita e a extrema direita se articularam para participar dos debates e das votações em Brasília. No entanto, o fizeram com atraso. As etapas municipais e estaduais, realiza-

das entre outubro e dezembro do ano passado, foram os momentos de construção das propostas que compuseram o documento da etapa nacional.

Outra razão para o descompasso da reação pode ter sido o fato de a própria conferência e o Fórum Nacional de Educação,

que a organiza, terem sido quase extintos a partir do governo Temer. No Fórum, por exemplo, intervenção daquele governo colocou apenas defensores do projeto oficial nos cargos.

Enquanto isso, as alas esquerda e progressista que militam na Educação permaneceram mobi-

lizadas, ainda que fora dos espaços oficiais, e tiveram rapidez para ocupar as etapas preparatórias da Conae, que foi retomada graças a decreto do governo Lula. Nada garante, no entanto, que na próxima oportunidade a direita não passe pela prova com nota suficiente.

## DIREITA AVANÇA NAS CONFERÊNCIAS E CONSELHOS

**P**ara o pesquisador Daniel Avelino, doutor em Política Social pela UnB (Universidade de Brasília), a ideia de que as conferências nacionais e os conselhos seriam um terreno seguro para a atuação dos movimentos sociais está mudando. Um forte exemplo disso é a crescente participação – e vitórias – da direita nos processos eleitorais dos conselhos tutelares, no ano passado.

Mais recente, outro exemplo é a própria Conferência Nacional de Educação 2024 (Conae), atacada por setores de extrema-direita que tentaram, inclusive, suspender sua realização por força de ação judicial. Esses setores pretendiam combater o que chamam genericamente de ideologia de gênero nas escolas e defender propostas como o homeschooling (ensino em casa). Mesmo em menor número, alguns de seus representantes participaram da etapa nacional. No entanto, as propostas em debate naquela etapa já haviam sido encaminhadas pelas etapas municipais e estaduais, não cabendo novas inclusões.

Avelino, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dedica-se há

anos a acompanhar os encaminhamentos das conferências e seus desdobramentos práticos. Em sua opinião, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, marca a crescente hegemonia da esquerda nesses espaços.

“A composição dos participantes muda radicalmente e, com isso, a agenda fica dominada por temas ligados à saúde pública e atendimento à população, pautas que hoje identificamos como de esquerda”, recorda. Daquela conferência, saíram propostas que seriam apresentadas à Assembleia Constituinte e, depois, dariam forma ao SUS.

A partir dali, avalia o pesquisador, os grupos de direita optaram por estar ausentes nesses espaços. “Mas hoje, com a tentativa de a direita ocupar as conferências, há uma crise de identidade. Mas seria legítimo pensar que esses grupos estão errados? Se o espaço é democrático, a presença deveria ser vista como bem-vinda”, comenta.

A presença da direita foi observada também na 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em dezembro do ano passado, quando temas como a defesa das comunidades terapêuticas foi a voto na plenária final. Apesar de Conselho Nacio-

nal de Saúde, organizador do encontro, ser frontalmente contrário à ideia. No entanto, a redação das propostas pró-comunidades terapêuticas conseguiu, habilmente, não fazer menção direta a elas. Apesar do estratagema, as propostas foram derrotadas.

Levantamento do professor Leonardo Avritzer, da Universidade Federal de Minas Gerais, outro estudioso do tema conferências, aponta que 31% dos participantes da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social, também realizada em dezembro, se identificaram como de centro ou de direita.

Para Avelino, uma possibilidade para o futuro seria os grupos ideológicos realizarem suas próprias conferências, o que exigiria maior coesão na formulação de propostas, para posterior disputa em espaços a serem criados pelo governo. “Os espaços ideológicos seriam mais coesos, e de lá as organizações que os compõem saíram com tarefas de mobilização e disputa muito bem definidas para validar suas reivindicações. Tudo com uma estratégia comum”, comenta. “As conferências atuais se esgotam quando as propostas são apresentadas”, diz ele.

Isso acontece em grande parte, segundo o pesquisador, porque o horizonte dos proponentes é o Poder Executivo. “É mais eficiente fazer a pauta transitar pelo Legislativo e pelo Judiciário. E a direita já faz isso”, complementa.

# “CONAE DO POVO” OCUPOU UNB PARA DISCUTIR NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2024-2034

Organizada em apenas oito meses, a Conae comprova a eficácia de manter a mobilização dos trabalhadores para lutar pelas políticas públicas progressistas. Eles não soltaram as mãos, em especial durante o ataque que sofreram depois do golpe à presidenta Dilma Rousseff em 2016. A criação do Fórum Nacional de Participação Popular (FNPE), manteve o setor unido e mobilizado

Fernanda Otero

A Conferência Nacional Extraordinária de Educação (Conae), edição 2024, entrou para a história como uma das mais bem sucedidas promovidas pelos governos do PT. Os 1847 delegados ratificaram a proposta do documento base que criticou duramente a política de abandono e sucateamento a que foi submetida a educação nos últimos anos. A Conae aconteceu em Brasília entre os dias 28 e 30 de janeiro, e foi convocada em caráter extraordinário para elaborar o Plano Nacional de Educação 2024-2034.

Organizada em apenas oito meses, a Conae comprova a eficácia de manter a mobilização dos trabalhadores para lutar pelas políticas públicas progressistas. Eles não soltaram as mãos, em especial durante o ataque que sofreram depois do golpe à presidenta Dilma Rousseff em 2016. A criação do Fórum Nacional de Participação Popular (FNPE), manteve o setor unido e mobilizado.

O Ministério da Educação não deixou por menos: mobilizou recursos e secretarias para garantir a realização da conferência. Camilo Santana, Ministro da Educação, marcou presença em duas

ocasiões: na abertura e no dia da visita do Presidente Lula. Outros ministros do governo federal e a primeira-dama, Janja Lula da Silva, também passaram pela “Conae Popular”.

O Fórum Nacional de Educação (FNE) é coordenado pelo pernambucano Heleno Araújo, professor da Rede Estadual de Ensino desde 1993. Araújo foi eleito para coordenar o FNE em 2015, mas teve o mandato interrompido em abril de 2017. Reassumiu a missão em março de 2023, após portaria do Ministério da Educação que restituiu o Fórum. Na última reunião do pleno em 2023, foi reconduzido





para um novo mandato de quatro anos. **Leia a seguir trechos de entrevista de Heleno Araújo a Focus.**

**- Focus: Como foi sua origem no movimento sindical?**

- Heleno Araújo: Começou exatamente no dia 2 de julho de 1993, o dia em que me apresentei na Escola Custódio Pessoa, em Paratibe, após o concurso da Rede Estadual de Pernambuco. A categoria estava em greve; eu me apresentei à diretora da escola, entreguei os documentos e disse a ela que iria para a Assembleia de Greve da categoria. Fui e lá preenchi minha ficha de inscrição, tornando-me sócio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação de Pernambuco (Sintepe). Isso ocorreu em julho de 1993. Em 1996, fui convidado por dirigentes do sindicato para participar das reu-

## OS COORDENADORES ESTADUAIS DESEMPENHAM UM PAPEL FUNDAMENTAL, DADO O FORMATO FEDERATIVO DE NOSSO PAÍS E SUA DIMENSÃO CONTINENTAL

niões preparatórias para a eleição, que ocorreu em agosto daquele ano. A chapa, encabeçada pela atual senadora Teresa Leitão, foi eleita e eu fui eleito para ocupar a Secretaria de Políticas Sociais. No mês de dezembro de 1996, tomamos posse no sindicato, marcando o início da minha atuação como dirigente sindical. Seis meses depois, assumi a Secretaria de Formação do sindicato. Passei pela vice-presidência e presidência do Sintep Pernambuco, sendo indicado para compor a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Na CNTE, fui secretário de Assuntos Educacionais durante vários mandatos, e atualmente estou no segundo mandato de presidente. Antes de ingressar na confederação, também ocupei a secretaria geral e presidência da CUT Pernambuco.

**- Qual é o segredo de Pernambuco para que seus políticos sejam tão calmos, tenham essa personalidade democrática e estejam sempre prontos para o diálogo e para enfrentar desafios, em especial na área da educação?**

- Nós temos um histórico de luta no estado de Pernambuco, desde a época do império, da colônia. Creio que essa movimentação, esse espírito por liberdade, pela república em nosso país, tem sido transmitido de geração em geração, o que nos levou a um reconhecimento nacional e internacional, em particular na área da educação. Hoje, nós temos como patrono da educação Paulo Freire, que também nasceu em Recife, cidade onde nasci, e acho que é a partir desse lugar que nós estamos. Recife é considerada uma capital muito desigual, muito desigual. Quando o prefeito João Paulo (Lima e Silva), do Partido dos Trabalhadores, estava à frente da prefeitura, cerca de um milhão de habitantes viviam em condições difíceis, de pobreza e miséria, sem acesso à moradia adequada ou condições dignas de vida. O professor Márcio Pochmann incluiu Recife e Olinda em sua lista de 100 cidades brasileiras com maior concentração de pessoas ricas, dentro de 5.570 municípios. Isso mostra a forte desigualdade existente em Recife, onde há uma população que necessita da atenção e do cuidado do Estado. É claro que essa questão não se restringe apenas a Pernambuco, existem outros lugares em situações similares. Essa realidade desperta em nós, recifenses e pernambucanos, um senso de luta por igualdade, direitos e justiça social. Refletimos muito sobre isso em nossa juventude e isso impulsionou nossa atuação. Embora eu não seja da Sociologia e no contexto da sua pergun-

ta sobre influências nacionais e por ter nascido em Pernambuco, acredito que esses fatores têm um papel importante.

**- E como foi a sua chegada ao Fórum Nacional de Educação?**

- Em 2005, eu fui indicado para compor a direção da CNTE durante um congresso que aconteceu em janeiro daquele ano. Assumi a função de delegado na Secretaria de Assuntos Educacionais, posição previamente

## APÓS A PORTARIA DE RECONSTITUIÇÃO DO FNE, COMEÇAMOS A TRABALHAR IMEDIATAMENTE NA CONSTRUÇÃO DA EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONAE

ocupada pela nossa senadora Teresa Leitão e pelo ex-deputado federal, Carlos Abicalil, que também foi presidente da entidade. Nas atribuições desse cargo, era minha responsabilidade o acompanhamento do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Este fórum incluía diversas entidades nacionais como Andes, Fasubra, Sinasefe, Contee e outras, eu representava a CNTE. Esse fórum realizou vários congressos nacionais de educa-

ção, mas devido à dificuldade de manter um consenso entre as partes, ele deixou de existir. Em 2006, quando foi criada a Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb), fui designado pela CNTE para representar a confederação por conta da minha atuação como secretário de Assuntos Educacionais. Participei da Comissão Organizadora da Coneb 2007-2008 e mantive a representação da CNTE na Conae 2009-2010. Em 2010, por portaria do ministro Fernando Hadad, foi criado o Fórum Nacional de Educação, composto por 50 entidades nacionais, 39 titulares e 11 suplentes. Como representante da CNTE, participamos da coordenação da Conferência Nacional da Educação em 2014. No final da Conae 2014, em reunião do FNE, a CNTE foi a entidade indicada pela sociedade civil para coordenar o fórum por quatro anos, entre 2015 e 2018, período que culminaria com a próxima Conferência Nacional de Educação. Contudo, em 2017, a portaria número 577 do Ministério da Educação, de 27 de abril de 2017, interrompeu a coordenação do fórum, o que nos tirou a possibilidade de organizar e planejar a conferência de 2018. O ministro Camilo Santana assinou a portaria de reconstituição do fórum em março de 2023 garantindo a recomposição das 50 entidades que foram interrompidas em 2017. A CNTE foi reconduzida à coordenação para completar seu mandato, o que nos permitiu organizar a edição extraordinária da Conae 2024. Hoje, com 64 entidades nacionais, o Fórum Nacional da Educação desempenha um papel essencial na mobilização social, fomentando debates e elaborando políticas educacionais que ansiamos implementar no país, trabalhando em conjunto com os

fóruns municipais, estaduais e o Fórum Distrital de Educação. Na próxima reunião do pleno, discutiremos a coordenação adjunta, os coordenadores das duas comissões permanentes, além de definir a secretária executiva do Fórum para esse próximo período de quatro anos.

#### - Como foi organizada a Conae 2024?

- Logo após a portaria de reconstituição do FNE, começamos a trabalhar imediatamente na construção da edição extraordinária da Conae, baseados em um documento referência consensual aprovado pelo Fórum. Debates intensos foram realizados nos fóruns municipais para propor emendas. Essas emendas, uma vez aprovadas pela maioria, foram encaminhadas para avaliação nos fóruns estaduais e eventualmente ao Fórum Nacional de Educação, onde o documento base foi consolidado. Importa ressaltar que novas propostas não são aceitas na etapa nacional, o critério que nós utilizamos é que quem está aplicando a política educacional nos municípios, nas redes estaduais, é que apresenta as emendas. Assim, garantimos que as propostas vêm de baixo para cima, pois respeitamos o princípio de que as sugestões emergem do contexto municipal e estadual. Divergências são naturalmente discutidas e as emendas aceitas pela maioria são incorporadas ao documento final. A próxima etapa envolve a entrega deste documento ao Ministério da Educação, e vamos solicitar ao ministro que façamos a entrega ao presidente Lula. O documento final da Conae será a referência para a elaboração do projeto de lei do Plano Nacional de Educação para a próxima década, de 2024 a 2034. Após o projeto ser enviado ao Congresso, continuaremos

mobilizados para garantir que os deputados votem e aprovem o que foi apresentado na Conae.

#### - Qual é o papel dos coordenadores dos fóruns estaduais dentro do Fórum?

- Os coordenadores estaduais desempenham um papel fundamental, dado o formato federativo de nosso país e sua dimensão continental, torna-se inviável que nós, do Fórum Nacional de Educação, façamos uma interlocução

## O CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO PROMOVE A CONEXÃO COM OS MUNICÍPIOS, O QUE É DE GRANDE AUXÍLIO NA NOSSA ESTRUTURA

direta com os municípios, que somam 5.570. Portanto, não disporíamos de estrutura para tratar diretamente com cada um deles. Assim, os fóruns estaduais assumem uma importância crucial nesse processo, pois por meio deles conseguimos articular os 27 fóruns - 26 estaduais mais o Fórum Distrital - com os quais mantemos um diálogo constante, esclarecendo dúvidas e avançando no processo de elaboração. Cabe a cada Fórum Estadual a tarefa de articular-se com seus

respectivos municípios.

Consideremos, por exemplo, os estados de Minas Gerais e Bahia, com mais de 800 e 600 municípios respectivamente, ou ainda São Paulo, com sua grande extensão. A coordenação estadual, portanto, precisa exercer uma articulação intensa e um trabalho vigoroso. Contamos com o suporte da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), que está organizada nos municípios e atua junto aos secretários municipais, organizando também os conselhos municipais. Isso proporciona um contato direto em todos os municípios. A Uncme tem uma contribuição significativa nesse processo. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), com suas secretarias estaduais que atuam nos Fóruns Estaduais, promove a conexão com os municípios, o que é de grande auxílio na nossa estrutura.

É imperativo que os Fóruns Estaduais mobilizem seus municípios e incentivem a criação dos Fóruns Municipais de Educação, fundamentais para a realização das Conferências Municipais. Orientações são fornecidas para a formação de uma comissão organizadora em cada município, a qual deve incluir, no mínimo, representantes de cinco segmentos da comunidade educacional: trabalhadores em educação, estudantes, pais e responsáveis pelos estudantes, conselheiros de educação e gestores educacionais.

Esta comissão organizadora, composta por esses cinco segmentos, têm a responsabilidade de coordenar a Conferência Municipal, especialmente onde não existe um Fórum Municipal de Educação estabelecido. Fica evidente que os Fóruns Estaduais têm uma grande responsabilidade, tendo que mapear onde existem ou não Fóruns Municipais

país, estimulando a sua criação e apoiando sua coordenação. O objetivo é viabilizar a realização das plenárias e das Conferências Municipais de Educação.

Portanto, os coordenadores estaduais desenvolveram um trabalho tenaz e extenso no decorrer do último ano, com o propósito de viabilizar a concretização das etapas municipais e estaduais da educação.

**- O senhor mencionou que as entidades podem se manifestar caso não concordem com certo ponto. Gostaria de saber se as entidades têm, individualmente, poder de veto. Poderia explicar essa dinâmica?**

- O Fórum possui uma base extremamente variada e diversa, com interesses sociais distintos. Temos representantes de entidades privadas, centrais sindicais, setor público, setor privado, educação básica, superior, representantes da classe trabalhadora, representantes de empresários. Existe a possibilidade, por exemplo, de uma entidade da iniciativa privada optar por vetar a inclusão de um determinado tópico, ou não concordar com determinado assunto.

A metodologia que desenvolvemos para elaborar esse documento deposita em cada entidade o poder de veto, a mesma adotada desde a Coneb de 2007. Assim, o documento referência aprovado no plenário do Fórum inicialmente não apresenta contradições entre as entidades participantes. Formamos um grupo de relatoria para preparar a minuta do documento. Esta minuta é então debatida na Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização, atualmente composta por 22 entidades, incluindo representantes do Ministério da Educação e da sociedade civil. Este colegiado busca o consenso, e se qualquer

uma das partes discordar de um ponto, este é removido do documento antes de ser aprovado na comissão. O documento só é aprovado por consenso. Todas as 64 entidades do Fórum têm que concordar que o documento referência está pronto para o debate.

Com o documento referência aprovado por consenso, iniciamos os debates nas conferências municipais. As questões que não alcançaram consenso no docu-

## POR MEIO DOS FÓRUNS ESTADUAIS CONSEGUIMOS ARTICULAR OS 27 ENCONTROS – 26 ESTADUAIS MAIS O FÓRUM DISTRITAL

mento são reintroduzidas para discussão. Caso haja propostas de emendas, elas são debatidas e votadas; as que obtiverem maioria são incorporadas ao documento que, após as conferências municipais, segue para as estaduais, onde novas emendas podem ser apresentadas e votadas.

As emendas aprovadas nas etapas estaduais e no Distrito Federal são enviadas ao Fórum Nacional da Educação, transformando o documento referência

no documento base, o qual não admite mais novas emendas, pois já compila as aprovadas anteriormente. Este documento é dividido em três blocos: o primeiro contém emendas indicadas para aprovação, o segundo, aquelas indicadas para rejeição – ambas as sessões baseiam-se no critério de aprovação em pelo menos cinco estados. O terceiro bloco apresenta emendas aprovadas em pelo menos cinco estados, as quais podem ser destacadas para discussão. Aprovadas, compõem o documento final, que é o resultado de todo esse processo participativo e democrático. Este documento fornecerá orientações e sugestões para a formulação do projeto de lei do Plano Nacional de Educação para a próxima década.

**- Quando o documento final estará concluído?**

- Essa conferência teve um caráter extraordinário; ela foi elaborada, concebida e executada em apenas oito meses. Portanto, representou um esforço intenso por parte de todos os envolvidos: os integrantes do Fórum Nacional, dos Fóruns Estaduais e Municipais.

A comissão responsável pela relatoria do documento prometeu entregá-lo até a próxima semana. Até então, estará tudo aperfeiçoado, sistematizado, com todos os ajustes finalizados. Vamos encaminhá-lo para a revisão linguística, assegurando que tudo esteja de acordo. Acredito que até o final da próxima semana teremos o documento finalizado. Agora, com o documento pronto, uma comissão o entregará imediatamente ao Ministro da Educação, Camilo Santana, para que ele possa dar início ao processo de elaboração do projeto de lei, o qual está atrasado. O governo anterior não cumpriu essa tarefa. E o governo Lula está cor-

rigindo as falhas do governo anterior, reconstruindo o processo. Por essa razão, faremos a entrega diretamente ao ministro, para que ele e sua equipe possam começar a elaborar o projeto de lei. Além disso, solicitaremos ao ministro uma audiência com o presidente Lula, para que, em uma cerimônia com ele, possamos também entregar esse documento final. A partir de então, cabe ao governo federal a tarefa de elaborar o projeto de lei.

**- Quais seriam, na sua opinião, os temas mais polêmicos desde a elaboração do documento referencial?**

- Para compreender a situação, é preciso considerar o contexto do debate externo que migrou para as redes sociais e capturou a atenção da grande mídia, atraindo condenações da extrema-direita e de conservadores em relação ao documento referencial. Contudo, esses grupos não participaram dos debates nas etapas municipais, estaduais ou no Distrito Federal. Portanto, suas críticas a tópicos como o homeschooling, a educação domiciliar e o programa de escola militarizada - pontos que debatemos intensamente, incluindo questões da comunidade LGBTQIA+ - não foram incorporadas no documento base, justamente porque essas ideias não foram defendidas ou, se foram, perderam na votação das etapas municipais e estaduais.

No documento base, então, não havia necessidade de nos preocuparmos com tais divergências, pois elas não progrediram pelas etapas preparatórias da conferência. Mesmo assim, na etapa nacional, houve representação desses grupos, que participaram com delegados e tentaram influenciar o regimento da conferência com destaques que visavam dismantlar sua es-

trutura. Pretendiam anular o documento base e todas as ações tomadas pela Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização. Caso fossem bem-sucedidos, a etapa nacional não teria sido realizada. No entanto, mais uma vez, suas propostas foram derrotadas por uma esmagadora maioria de votos.

Mantivemos o processo de construção acordado - eles contestaram o conteúdo e perderam nas etapas preparatórias; e

## COM O DOCUMENTO REFERENCIAL APROVADO POR CONSENSO, INICIAMOS OS DEBATES NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS.

posteriormente, na etapa nacional, contestaram a metodologia e também foram derrotados. Consequentemente, as discordâncias que ocorreram durante os estágios preparatórios e na etapa nacional foram resolvidas através do voto. Nas plenárias de eixos e na plenária final, as divergências foram minimizadas, incidindo apenas em detalhes, questões muito pontuais.

Na plenária final, realizada em 30 de janeiro, os debates focaram nesses detalhes, os quais aperfeiçoamos pela votação do

plenário. As questões mais polêmicas, como a ideologia de gênero, o homeschooling e as escolas militarizadas, já haviam sido rejeitadas durante as etapas preliminares. Portanto, na etapa nacional, lidamos mais com questões pontuais e detalhes técnicos, que também foram debatidos e decididos por meio de votação, compondo assim o documento final.

**- Por que eles defendem que esse atual plano nacional fique em vigor até 2026?**

- Veja, acredito que estamos diante de um movimento, um processo que visa alterar o governo federal em 2026, até passar a próxima eleição. Creio que há a percepção de que, sob um governo progressista, há o incentivo à participação popular e a abertura para discutir temas relevantes para a vida das pessoas. Contudo, a extrema-direita se opõe ao debate sobre sexualidade e sobre questões ligadas à população LGBTQIA+, e outros temas atuais que preferem ignorar ou omitir.

Argumentam contra a existência da escola ao defenderem a educação domiciliar, querem mudar a Constituição Federal que atualmente exige que as famílias matriculem seus filhos na escola, seja ela pública ou privada. Eles querem que a matrícula seja facultativa. Para famílias com condições financeiras, essa alteração permitiria manter os filhos em casa com acesso a professores particulares. Entretanto, 86% das matrículas públicas são de estudantes oriundos de camadas sociais menos favorecidas, que dependem da escola. Mudar a Constituição pode inadvertidamente levar essas famílias a manter os filhos em casa para ajudar nos trabalhos domésticos ou cuidar dos irmãos mais novos, abandonando assim a educação

formal.

Esse grupo não considera as implicações dessas mudanças para quem depende do sistema educacional. Eles veem apenas a sua realidade, sem perceber as necessidades dos outros. Portanto, a escola acaba sendo um campo de batalha ideológico. Nos apresentam a escola militarizada como se fosse uma solução para problemas sociais, mas o verdadeiro objetivo é formar jovens em uma cultura de celebração militar, algo diametralmente oposto aos nossos princípios. Nosso foco é defender uma escola solidária, que promova cooperação, cidadania e respeito mútuo.

Há um temor de que o governo Lula possa potencializar nossas ideias, e por isso tentam uma prorrogação do PNE até 2028, pois, caso ele saia em 2026, eles poderiam retomar temas como homeschooling, escolas militarizadas e a condenação à população LGBTQIA+. É exatamente por esta razão que o MEC está correto em atender à nossa demanda contra essa prorrogação, defendendo que o debate ocorra no Congresso. Podemos perder no Congresso? Sim, podemos perder no voto no Congresso, mas é lá o espaço para discutir e definir políticas públicas, para avançar propostas que sejam mais inclusivas e humanistas. Este é um espaço político onde as ideias devem ser confrontadas, e é no Congresso Nacional que veremos o desenrolar e o resultado final para a formação do próximo plano.

**- Você tem religião, professor?**

- Sou católico, minha religião é católica. Passei por todos os sacramentos e ritos da Igreja Católica.

**- Como o ensino religioso foi**

**tratado no documento referencial?**

- Sim, considero este ponto bastante tranquilo. Temos, dentro do fórum, a ANEC, Associação Nacional de Escolas Católicas, e a ABIEE, Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas. Portanto, para nós, isso não representa um problema. Igualmente, não nos preocupa a existência de escolas militares associadas à polícia ou ao exército nos estados. O militar que de-

**O GOVERNO ANTERIOR NÃO CUMPRIU ESSA TAREFA. E O GOVERNO LULA ESTÁ CORRIGINDO AS FALHAS.**

seja que seu filho siga a carreira militar tem à disposição escolas específicas para isso, com regras e legislação próprias. O que nos incomoda é a transformação de escolas públicas, como a minha escola em Paratibe, Pernambuco, que preza pela gestão democrática e pela participação, em instituições militarizadas por militares aposentados. Isso não podemos aceitar, pois vai contra o tipo de sociedade que almejamos, na qual a educação não deve ser impositiva e militarizada.

No que tange à questão reli-

giosa, somos firmes. Não temos nenhum problema com a existência de instituições confessionais diversas, como as adventistas, outros ramos evangélicos ou católicos. Porém, o Estado brasileiro é laico e, como tal, não deve interferir na instrução religiosa. A minha formação religiosa, por exemplo, ficará a cargo da minha família. Portanto, a escola pública, refletindo o Estado laico, não deve ofertar aulas de religião. Isso não quer dizer que somos contrários às religiões, mas acreditamos que cabe às famílias a decisão da educação religiosa dos filhos, quer seja em escolas confessionais, quer seja em outras instituições de sua escolha.

- Quais foram os altos e baixos no decorrer dos três dias?

Acredito que a tensão mais aguda ocorreu no início, com as expectativas acerca do credenciamento e da primeira plenária de regulamento. Como em qualquer evento, houve desafios logísticos e informações desconstruídas que geraram ansiedade inicialmente. Contudo, a disciplina demonstrada por delegados e delegadas durante a plenária inaugural, apesar de um atraso inicial, foi exemplar. Conseguimos adentrar o cerimonial do Ministério da Educação com apenas 15 minutos além do planejado, o que considero um ponto alto do processo.

Outro momento relevante foi durante a votação do documento final, abraçando todos os sete eixos propostos. Isso coroa a Conferência Nacional de Educação Extraordinária de 2024, cumprindo o nosso papel enquanto sociedade civil e concluindo a tarefa com o apoio e financiamento público. Produzimos um documento representativo que será entregue ao governo, reflexo do intenso trabalho realizado.

**- Do ponto de vista político, o**

## senhor identifica alguma questão que foi negativa?

- Do ponto de vista político, não percebo nada negativo. Por quê? O fórum tem o papel de realizar a conferência e isso foi feito. As críticas que vieram do outro lado, seja da oposição ao governo Lula ou daqueles contrários às nossas ideias, são apenas isso, críticas. Mas o papel que está estabelecido pela lei, especificamente nos artigos 5º e 6º da lei do PNE, atribui ao fórum a responsabilidade de organizar a conferência; portanto, não vejo pontos negativos politicamente neste processo. As manifestações ocorridas durante a conferência são expressões legítimas de democracia. Cada faixa, cada cartaz, cada grito se insere neste contexto.

É importante que as pessoas entendam que realizar a conferência é apenas uma das etapas de um necessário processo de participação popular em nosso país. Nosso documento final reflete o que demandamos para que as políticas educacionais se transformem em leis que atendam às nossas necessidades e importância para o cumprimento do papel das escolas, universidades e pós-graduação no contexto nacional.

O Ministro Camilo Santana destacou em seu discurso de abertura que este documento servirá de referência para o projeto de lei do PNE - um segundo passo importante nesse processo. Entretanto, há ainda outro passo gigantesco: nossa atuação no Congresso Nacional. Precisaremos dialogar com todas as deputadas e deputados federais, senadoras e senadores, e paralelamente, dialogar com eleitores nos municípios. Devemos dizer-lhes que elaboramos um documento que promove melhorias na educação básica, profissional e superior. É importante que os

eleitores conscientizem seus representantes da importância desse documento para suas vidas e para as futuras gerações.

Os parlamentares devem respeitar a vontade da maioria, votando conforme indicamos para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, da creche à pós-graduação. Portanto, teremos que manter esse papel ativo: eleitores conversando com parlamentares, mantendo um diálogo constante e atuação per-

## AS QUESTÕES MAIS POLÊMICAS JÁ HAVIAM SIDO REJEITADAS DURANTE AS ETAPAS PRELIMINARES

manente para alcançar um PNE que realmente atenda às necessidades do povo, garantindo o direito ao acesso, permanência e conclusão dos estudos em todas as etapas e modalidades.

A luta não acabou. Ela segue viva e precisamos de você para manter esse processo de mobilização por conquistas significativas para a educação pública brasileira. Estamos defendendo a educação pública e regulamentando a educação privada, e para

isso, contamos com sua presença nessa batalha.

## - Como foram organizados os colóquios?

Os colóquios, realizados no âmbito da CONAE, são uma construção histórica que se mantém desde o início. Desde a CONEB, a metodologia segue a mesma. E por quê? Os colóquios representam a oportunidade para que as entidades componentes do Fórum Nacional da Educação possam expressar suas posições. Quando uma entidade tem o poder de vetar no documento referência ou de participar do debate com emendas - e caso estas sejam derrotadas - o colóquio serve para aprofundar o debate e explicar os acontecimentos. Eles constituem um espaço para detalhar as discussões em torno das emendas incorporadas ao documento base, sendo um aspecto interessante do processo. Realizamos isso na CONEB em 2008 e em todas as conferências subsequentes: a CONAE em 2010, 2014, a CONAP em 2018, 2022 e agora em 2024.

O que é notável, é que, embora se diga frequentemente que há dispersão quando o plenário se divide em grupos, não foi isso que aconteceu na CONAE em 2024, nem nas conferências anteriores. Os colóquios estavam lotados, com filas de pessoas que queriam participar, mas não havia mais espaço. Isso mostra o alto nível de engajamento no debate e na discussão; uma participação intensa e sem dispersão. As delegadas e os delegados, assim como os observadores inscritos, mantiveram-se firmemente comprometidos, discutindo e aprofundando o debate, o que também foi espetacular. Resolvemos "problemas bons" - ou seja, lidamos com a alta demanda de participação que superava a capacidade dos espaços dispo-

níveis. Estes "problemas bons" surgiram em várias ocasiões durante a CONAE de 2024. Destaco também as plenárias de eixos, em que dedicamos cinco horas de trabalho, mas em dois dos eixos o trabalho prolongou-se até às 22 horas. Ou seja, foram muitas horas de trabalho contínuo e engajamento até tarde da noite, demonstrando o compromisso de todos em alcançar consensos. Esses são momentos preciosos que evidenciam nossa dedicação à educação pública do país e o cuidado com a regulamentação da educação privada.

**- Como o Fórum se envolve no debate sobre a reforma do ensino médio?**

- O Fórum está totalmente engajado. Criamos um grupo de trabalho temporário que produziu três documentos, analisando todo o processo de construção da proposta enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional. O Projeto de Lei 5230, conta com a colaboração do FNE. Não conquistamos tudo que desejávamos, já que sabemos que, na elaboração e discussão de políticas, não se ganha 100%. Portanto, o projeto entregue ao presidente Lula, que foi enviado ao Congresso Nacional, é aquele que o Fórum Nacional de Educação defende.

Você pode questionar se esse projeto contém tudo o que queríamos. Não, não tem. No entanto, nos comprometemos com o MEC, juntamente com o CONSED, que é o Conselho de Secretários Estaduais, o Fórum de Conselhos Estaduais de Educação, o Conselho Nacional de Educação e a União Brasileira dos Estudantes. Nos comprometemos a pensar e elaborar uma proposta, que, embora não tenha 100% do que queríamos, foi construída de forma coletiva e com concessões da nossa parte, mas o projeto é

o resultado de uma construção coletiva.

É essencial que o relator deste projeto, o nosso interlocutor, compreenda e respeite essa construção coletiva, sem impor o conteúdo de uma lei que foi produto de medida provisória em 2017, sem debate. A medida provisória impõe, mas não discute - e isso subtrai a essência do debate que temos agora. Então, é crucial que o relator entenda isso, e o Fórum Nacional de Edu-

## OS PARLAMENTARES DEVEM RESPEITAR A VONTADE DA MAIORIA, VOTANDO CONFORME INDICAMOS PARA APRIMORAR O PROCESSO DE ENSINO

cação está preparado para explicar-lhe essa circunstância.

**- O que significa a participação do presidente Lula?**

- A presença do presidente Lula foi de grande importância na conferência. Ele sempre se fez presente, como ocorreu na conferência de 2010, e também contamos com a presença da presidenta Dilma Rousseff em 2014. Agora, essa tradição se repete com o presidente Lula,

refletindo o empenho de um governo democrático e popular. Esse apoio presidencial endossa a importância da participação da comunidade na formulação das políticas educacionais.

O próprio presidente frequentemente ressalta essa necessidade. No último encontro dos interconselhos, ele reiterou a importância de integrar a população para que ela cobre, fiscalize, controle e exija que o governo atenda a todas as demandas. A presença de Lula na conferência reforça este posicionamento e incentiva a luta por um Plano Nacional de Educação que realmente incorpore nossas demandas na legislação e que seja efetivamente implementado pelo Estado brasileiro.

É importante destacar que a conferência é organizada por entidades ativas na sociedade e financiada pelo poder público, através do Ministério da Educação, que participa ativamente com todas as suas secretarias no Fórum Nacional da Educação, teve uma forte influência e um forte trabalho na organização dessa conferência. A presença do presidente Lula não apenas confirma esse compromisso como também enfatiza a dedicação do Ministério da Educação em trabalhar por essa ação coletiva.

**- Vocês estão preparados para realizar a próxima conferência nacional em 2026?**

- Vamos precisar fazer alguns ajustes na estrutura, na organização. Queremos poder realizar uma conferência com menos dificuldades no processo de organização, mas o Fórum está preparado, sim. Um Fórum que consegue fazer uma conferência extraordinária em oito meses está mais do que preparado para fazer uma conferência daqui a dois anos, com certeza. •





# DE WASHINGTON LUÍS A BOLSONARO: A HISTÓRIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NO PAÍS

No auge do debate sobre o uso político da ABIN, relembramos a experiência do país com serviços de inteligência nos últimos quase 100 anos

**Henrique Nunes**

O presidente está acudado. O problema, no entanto, é não saber de fato quem é o inimigo. Defensores da liberdade? Veículos de Imprensa? Forças eco-

nômicas divergentes? Comunismo? As opções são muitas e o mandatário da República sabe que precisa agir. Ou, melhor, intervir. Em reunião de emergência, decide usar o serviço de inteligência para alimentar o Executivo com informações estratégicas - que, a bem da verda-

de, tinham a finalidade de salvar a sua própria pele.

Estamos em 1927, últimos anos da intensa e conturbada gestão de Washington Luís. Carioca de Macaé, advogado de formação e com base ideológica republicana, o então presidente construiu sua trajetória política

toda em São Paulo - com cargos no Legislativo e Executivo (foi prefeito da Capital e governador), além de participação ativa na Assembleia Constituinte Estadual em 1905.

Após breve passagem pelo Senado, é escolhido por unanimidade para assumir a Presidência do Brasil em 1926, como representante paulista no revezamento com Minas Gerais no período conhecido como política do café-com-leite.

Luis carregava um viés progressista que resultou em alterações econômicas e estruturais agudas no país - antes, ele já havia sido um dos responsáveis pelas primeiras experiências em reforma agrária em solo brasileiro.

Há quem diga que foi essa "visão além do alcance" que convenceu o então presidente a criar a primeira agência de inteligência do Brasil. Os motivos reais ainda não estão claros em pesquisas relacionadas ao período. O fato é que Luis, como é de praxe em quem ousa sentar-se na cadeira mais importante da política nacional, passou a acumular inimigos tão logo assumiu o cargo.

A criação do Conselho da Defesa Nacional (CDN) veio em forma do Decreto nº 17.199, de 29 de novembro de 1927, um ano após o início da gestão. Em estudo publicado por Joanisval Brito Gonçalves, consultor jurídico do Senado Federal, "o órgão tinha como função estudar e coordenar informações sobre "todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria". De caráter eminentemente consultivo, o CDN não tinha um segmento encarregado de operacionalizar a atividade de inteligência. Talvez isso contribua para a com-

preensão do porquê da queda de Washington Luís", aponta o documento.

A queda ocorreu em 1930, quando Luis já havia rompido com Minas Gerais ao tentar emplacar o baiano Vital Soares como vice de Julio Prestes em sua sucessão. Quem acabou eleito foi Getúlio Vargas e Luis acabaria exilado do país. Como se vê o serviço de inteligência não foi tão eficaz a ponto de evitar a sua derrocada.

Nem ao ponto de dois anos antes, impedir que Washington Luis tomasse um tiro da ex-amante em pleno Copacabana Palace. O fato ocorreu em 23 de maio de 1928 e a autora do disparo foi a marquesa italiana Elvira Vishi Maurich. A versão oficial foi de que o chefe da República tivera uma crise de apendicite. Quatro dias depois a jovem marquesa foi encontrada morta. A versão da polícia foi de que teria sido suicídio.

### Da SNI à ABIN

Embora tenha havido órgãos com atribuições semelhantes após a iniciativa criada por Washington Luis, foi o Serviço Nacional de Informação (SNI) que mudaria a história do jogo. Fundado em 1964, como consequência imediata do Golpe Militar, o SNI foi aliado indispensável para colocar em práticas os mais ardilosos planos de repressão, colhendo informações sobre militantes de esquerda, partidos políticos, sindicatos e setores da Igreja Católica.

O órgão perdeu forças a partir de 1985, com o início da redemocratização, e acabou extinto no primeiro ano do governo de Fernando Collor, em 1990. Por quase uma década, falar sobre serviço de inteligência no

Brasil era mexer num vespeiro que nenhum outro governante queria. O tema voltou à tona no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso sob o pretexto de reestruturar o que até então era apenas uma subsecretaria da Casa Militar.

FHC, ao sancionar a lei em 1999, criava o Sistema Brasileiro de Inteligência e oficializa a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). "Se não houver um órgão de informação democrático, ele não terá capacidade de realmente desenvolver a sua potencialidade porque ficará sob suspeita", disse.

Segundo FHC, a Abin nasceu "abençoada pela democracia" e jamais seria usada para interferir na política, que no passado foi tão nociva também no Brasil".

### Mudanças e Gabinete paralelo

A ABIN seguiu subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), órgão que costuma ser gerido por militares, até 2015, quando a então presidente Dilma Rousseff (PT) extinguiu o gabinete e transferiu a agência para o controle civil, subordinado à Secretaria de Governo.

A medida foi desfeita por Michel Temer (MDB) e mantida durante o governo Jair Bolsonaro.

É aqui que a história ganha o seu capítulo mais conturbado em décadas, com suspeitas contundentes de que o ex-presidente teria criado uma Abin paralela sob comando de seu filho Carlos Bolsonaro.

A PF apura se houve a formação de uma suposta organização criminosa, apelidada de "Abin paralela", para monitorar, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), adversários do ex-presidente e de sua família.

# ATLAS REFORÇA QUADRO GERAL DE ESTABILIDADE NA APROVAÇÃO DE GOVERNO

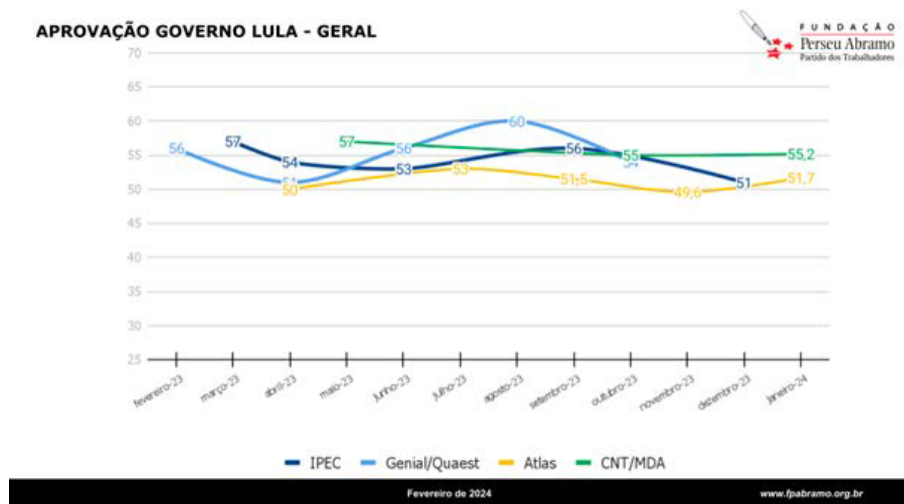
Matheus Tancredo Toledo

A mais recente pesquisa Atlas, divulgada nesta semana, demonstrou uma recuperação nos patamares de avaliação positiva do governo Lula - em relação ao último levantamento do mesmo instituto. Os dados corroboram com as análises que nós, do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (NOPPE), temos feito em relação aos levantamentos de diferentes institutos ao longo do final do ano anterior e do início deste ano.

A pesquisa indica melhora sensível na aprovação do governo e melhora da imagem pessoal de Lula, que subiu 6 p.p. e chegou a 51% - número próximo da aprovação de seu mandato neste momento. Isso se dá em um quadro comparativo de estabilidade na opinião pública quando visto no período mais longo.

Segundo a pesquisa, realizada entre os dias 28 e 31 de janeiro, a reprovação ao governo recuou de 47,3%, em dezembro de 2023, para 42,8%. Já a aprovação aumentou de 49,6% para 51,7%. A pesquisa possui margem de erro de 1 ponto percentual (p.p.), e foi realizada com 7.405 entrevistas.

A aprovação é maior entre as mulheres (54,6%), os brasileiros e



brasileiras com escolaridade fundamental (58,3%), os mais jovens (57,2%), os com renda familiar mensal de até dois salários-mínimos (59,3%), os católicos (55,4%), a população LGBTQIA+ (70,1%), os residentes da região Nordeste (64%) e beneficiários do Programa Bolsa Família (67,9%). A reprovação é maior entre Homens (49%), escolaridade média (47,8%) e superior (47,6%), renda familiar mensal de 3 a 5 salários-mínimos (50,4%) e de 5 a 10 salários mínimos (50,9%), evangélicos (54,8%), residentes na região Sul (54,5%) e Centro Oeste (50%).

Os patamares de aprovação do governo estão bastante próximos dos vistos entre abril e setembro de 2023, como indica o gráfico acima. Isso demonstra que apesar das variações pontuais pesquisa-a-pesquisa, não houve deslocamento considerá-

vel da opinião pública brasileira desde o início do terceiro governo Lula - permanecendo estável tanto seu apoio quanto a oposição a ele.

Como chamamos a atenção em nosso último artigo, sobre a pesquisa CNT/MDA divulgada em janeiro, os dados referentes à economia merecem atenção. A percepção negativa sobre a situação econômica do Brasil havia caído de 56% (em abril de 2023) para 43% (em novembro do mesmo ano). Agora, a pesquisa indica que há uma possível retomada desta percepção: em janeiro, foi de 47%, 4 p.p. a mais que o anterior. Ressalte-se que a expectativa de melhora continua majoritária (52% dos entrevistados), ainda que tenha voltado a subir (5 p.p.) a de piora, para 37%.

Analista do NOPPE-FPA e doutorando em ciência política pela USP



# PERCEPÇÃO

É equivocada a “percepção” neoudenista de que os governos anteriores do PT foram “os mais corruptos da história”. Ao contrário, os governos do PT fortaleceram as instituições de controle da administração pública

**Marcelo Zero**

A “percepção” de que houve aumento da corrupção, em 2023, no atual governo do PT, em tese revelada pela enquete subjetiva da Transparência Internacional, é totalmente equivocada. Assim como era e é equivocada a “percepção” neoudenista de que os governos anteriores

do PT foram “os mais corruptos da história”.

Bem ao contrário, os governos do PT fortaleceram extraordinariamente as instituições de controle da administração estatal e promoveram intensamente a transparência da gestão pública.

As operações especiais da Polícia Federal passaram de ao redor de 6 ao ano, nos governos anteriores, para cerca de 250 ao ano, nos governos do PT. Nas

duas gestões de FHC, tais operações somaram somente 48. Nas gestões Lula e Dilma, tais operações especiais ascenderam a 2.226, até 2013, e 3.512, até 2016.

Saliente-se que, apenas nos dois primeiros governos de Lula, 2.969 servidores públicos foram afastados por corrupção., o que dá uma média de 371/ano. E somente nos primeiros 3 anos do governo Dilma, foram demitidos

1.576 servidores por corrupção, o que dá uma média de 522/ano.

A Controladoria Geral da República, motivo de chacota pública em governos anteriores aos de Lula, tornou-se uma eficiente instituição que passou a fiscalizar com rigor as verbas federais destinadas aos municípios.

As procuradorias e o Ministério Público foram igualmente fortalecidos, nos primeiros governos do PT, e passaram a desempenhar suas funções com independência e desenvoltura. Extinguiu-se a triste figura do “engavetador-geral”, com a escolha de procuradores independentes.

De essencial importância foi a aprovação, no período dos governos do PT, de leis fundamentais para o combate à corrupção, como a Lei das Organizações Criminosas. Esta última permitiu que os corruptores, que antes eram ignorados nas investigações, fossem também processados e punidos.

Ao mesmo tempo, com a criação do Portal da Transparência, a Lei de Acesso à Informação e várias outras medidas semelhantes, a administração pública federal tornou-se muito mais receptiva ao “detergente da luz do sol”, para usar a expressão famosa do juiz Louis Brandeis. A sociedade civil atenta e informada exercera sempre o melhor controle sobre o Estado.

Evidentemente, esse amplo leque de programas e ações contra a corrupção e os desvios aumentou substancialmente as denúncias, fundamentadas ou não, de casos de corrupção, o que ocasionou a falsa impressão (percepção) de que a corrupção havia crescido.

A mídia conservadora de oposição ao PT, que confessadamente atuava como um partido político de direita, tendia a refor-

çar essa falsa impressão, muitas vezes exagerando o escopo das denúncias e, por vezes, apresentando simples suspeitas, algumas sem nenhum fundamento, como provas irrefutáveis de culpabilidade.

Assim, o Brasil, nos governos do PT, não viveu uma crise de corrupção, como alegam os neoudenistas. Viveu, isto sim, a crise do fim de sua histórica impunidade. O que antes era varrido para debaixo do tapete, aparecia e era investigado a sério, mesmo com todas as distorções criadas por juizes e procuradores partidários.

A Operação Lava-Jato, entretanto, causou dano imenso ao combate à corrupção, ao subsumir esse combate numa agenda política e profundamente partidária, bem como numa estratégia geopolítica, que afetou gravemente a soberania do Brasil, a economia do país e a democracia brasileira.

Os governos recentes, especialmente o de Bolsonaro, eleito na esteira da Lava-Jato, também causaram danos consideráveis.

Bolsonaro, como bem se sabe agora, aparelhou as instituições do Estado, inclusive as instituições de controle e combate à corrupção. Até mesmo a Abin entrou na dança.

O terceiro governo Lula, comprometido com os princípios republicanos e com a democracia, ao contrário do governo Bolsonaro, está voltando a investir no combate à corrupção.

Por fim, é preciso levar em consideração os claros limites metodológicos da enquete subjetiva da Transparência Internacional. Trata-se apenas de percepção de um grupo conservador, composto basicamente de empresários e de organizações liberais.

Ou seja, além de mera percepção, é uma percepção com

claro viés político.

Com efeito, a Transparência Internacional desenvolve seu Índice de Percepção da Corrupção (IPC) baseada em enquetes realizadas por estruturas privadas e ONGs e organizações bastante conservadoras, como a Economist Intelligence Unit, do semanário neoliberal britânico *The Economist*, a organização neoconservadora americana *Freedom House*, o Fórum Econômico Mundial e grandes corporações multinacionais.

Isso explica por que a Transparência Internacional praticamente ignora os verdadeiros grandes casos de corrupção, associados à evasão fiscal, aos paraísos fiscais, ao chamado “planejamento fiscal” e à especulação financeira desregrada.

A grande crise financeira de 2008, por exemplo, foi ocasionada por um enorme esquema fraudulento de títulos derivativos. Os bancos e os fundos de investimento sabiam muito bem que aquilo não tinha lastro nenhum, mas continuaram a expandir a farsa até que a bolha insustentável explodiu. A população inocente pagou o preço desse gigantesco esquema corrupto. Mas isso não afetou as classificações dos Estados Unidos ou do Reino Unido, nas enquetes da Transparência Internacional.

Pelo mesmo motivo, Luxemburgo, país acusado de gerir grandes fundos “caixa-preta”, aparece, na última enquete da Transparência Internacional, como um dos 10 países menos corruptos do mundo.

Para esses conservadores, assim como para os conservadores brasileiros, a corrupção é só a originada pelo Estado e pelos agentes públicos. O resto é apenas “planejamento fiscal” limpinho e cheiroso e a livre especulação do capital financeiro.

Percepção.●



# RECEBIDA POR LULA, MARTA SUPLYCY SE FILIA AO PT: “VOLTEI PARA CAMINHARMOS JUNTOS”

Ato que marcou a filiação também oficializou o apoio do PT à pré-candidatura de Guilherme Boulos à Prefeitura de São Paulo, tendo justamente Marta como vice

## Com informações do PT São Paulo

Com ficha de filiação assinada pelo presidente Lula, a ex-prefeita de São Paulo, ex-senadora e ex-deputada federal Marta Suplicy está de volta ao PT. Para marcar seu retorno, um ato político foi realizado na noite desta sexta-feira (2) na capital paulista.

O evento marcou também o apoio do PT à pré-candidatura de Guilherme Boulos (PSol-SP) à Prefeitura da maior cidade do país nas eleições de outubro,

tendo justamente Marta como pré-candidata a vice-prefeita.

“Obrigado, Marta, por voltar ao PT. E obrigado, Boulos, por ser nosso candidato”, disse Lula. O presidente afirmou estar convencido de que a união da juventude e proximidade do movimento social de Boulos com a experiência de Marta, até hoje uma das ex-prefeitas mais queridas pelos paulistanos, dará a vitória ao campo progressista. “Não é fácil, mas é plenamente possível a gente ganhar São Paulo.”

A Marta, Lula disse que ela

nunca deixou de ser petista. “Você não sabe como eu fiquei triste o dia em que o Corinthians perdeu do Palmeiras de 1 x 0 em 1974, e o Rivelino foi obrigado a sair do Corinthians porque a torcida culpou ele pela derrota. E o Corinthians perdeu seu maior ídolo, que foi jogar no Fluminense, mas nunca deixou de ser corinthiano. Você é o nosso Rivelino da política. Você continua no PT. Por isso é importante trazer você de volta. Você deu muito para esse partido político”, reconheceu Lula (assista abaixo a íntegra do ato).

## Marta: “De volta ao ninho”

Discursando antes de Lula, Marta se disse emocionada por “voltar ao ninho”. “Eu volto para, juntos, mantermos vivos os nossos sentimentos de liberdade e respeito. No Dia da Democracia, 8 de janeiro, eu recebi um honroso convite do presidente Lula, me emocionei muito e tomei como uma convocação: a missão de contribuir com um projeto importante e decisivo para São Paulo e para o Brasil. Eu estou de volta para caminharmos juntos”, declarou.

E continuou: “São Paulo precisa de um governo que pense a cidade com sua diversidade econômica, social, mas sempre com o olhar atento para os mais excluídos. Vamos fazer de São Paulo um bastião de resistência democrática. União, reconstrução, transformação. Esse é o desafio que se impõe a todos nós”.

## Boulos: “A missão é derrotar o bolsonarismo”

Hoje deputado federal, Guilherme Boulos iniciou sua fala dando a Marta “as boas-vindas à chapa vitoriosa que vai mudar a cidade de São Paulo”. E defendeu a formação de uma “frente ampla pela democracia, que converse com a cidade inteira, mas sem abrir mão dos princípios populares”.

“A missão que nós temos em outubro deste ano, todos nós, é derrotar o bolsonarismo na maior cidade do país. E a Marta veio para construir essa frente porque o desafio é grande e o que está em jogo é muito grande. Do lado de lá, estão os extremistas que tentaram dar o golpe no dia 8 de janeiro, os intolerantes que não aceitam a diversidade. Do lado de cá, estamos nós que defendemos a democracia no Brasil e no

estado de São Paulo”, completou Boulos.

## Gleisi: “Vencer e fazer um projeto progressista e popular”

Também discursaram a presidenta nacional do PT, a deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), e o ex-prefeito de São Paulo e hoje ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Gleisi disse não ter dúvidas da importância histórica do ato, realizado na Casa de Portugal. “Ele inicia a caminhada vitoriosa para a Prefeitura de São Paulo pela chapa PSol-PT.”

“Precisamos fazer com que São Paulo volte a cuidar do seu povo, das pessoas, a olhar para a periferia. Precisamos de uma São Paulo solidária, democrática e participativa”, disse Gleisi, pouco antes de dar as boas vindas a Marta: “Seja bem-vinda, ao PT, ao seu partido”.

A presidenta do PT lembrou que a gestão de Marta, que foi de 2001 a 2004, teve a marca dos projetos petistas. “A sua gestão foi uma das que mais fez pela periferia, pelo povo pobre, pelos trabalhadores. Você foi a prefeita do bilhete único, dos corredores de ônibus, da integração dos transportes, dos CEUs (Centros Educacionais Unificados), das escolas infantis, do Vai-e-Volta no transporte escolar, dos uniformes e materiais escolares gratuitos, da municipalização da saúde, da renda mínima, do Bolsa Trabalho, das moradias populares, do crédito solidário e de muitos e muitos outros programas. E é por isso que você mora no coração dos paulistanos.”

Ela lembrou também a importância de se derrotar a extrema direita na maior cidade do país. “Cabe a esse campo, junto com

outras forças progressistas, não deixar a extrema direita voltar. Nessa luta contra a extrema direita, não existe caminho do meio, nem no Brasil, nem em São Paulo. O caminho é o de enfrentar, vencer e fazer um projeto progressista e popular”, conclamou.

## Haddad: “Grande oportunidade”

Haddad, por sua vez, também reafirmou a importância da união do campo progressista e lembrou que as três gestões do PT (a de Marta, de Luiza Erundina, hoje no PSol, e a dele) deixaram muitos avanços para a cidade.

“Hoje, não estamos falando de partido. Nós estamos falando de gestões progressistas, sem as quais São Paulo não saberia o que são os Hospitais de Parelheiros, do Jardim Ângela, da Cidade Tiradentes, de Brasilândia, da Vila Santa Catarina. Não saberia o que são os CEUs, o bilhete único, os corredores e faixas de ônibus, as ciclovias, as praças wi-fi, os cinemas públicos da periferia, o carnaval de rua”, enumerou.

E concluiu: “Temos a grande oportunidade de elegermos esse jovem talento que é o Guilherme Boulos, um patrimônio de todos nós. E é um luxo, para a cidade de São Paulo, poder contar nessa eleição com uma chapa dessa qualidade”.

Também prestigiaram o evento a primeira-dama Janja Lula da Silva; os ministros Márcio Macedo (Secretaria Geral da Presidência), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Luiz Marinho (Trabalho); e o deputado federal e presidente do PT-SP, Kiko Celeguim, além de diversas lideranças estaduais e nacionais de PT, Psol e dos partidos que apoiam a formação da chapa Boulos-Marta: PV, PCdoB, Rede e PDT.

# ODAIR CUNHA É O NOVO LÍDER DA BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Redação PT na Câmara

O deputado Odair Cunha (PT-MG) foi eleito nesta terça-feira (6/2) novo líder da Bancada do PT na Câmara para o ano legislativo de 2024, em substituição a Zeca Dirceu (PT-PR), que liderou o partido na Casa de 2023 até agora. A escolha de Odair, por aclamação, foi por unanimidade.

Na reunião para a escolha do novo líder, Zeca Dirceu fez uma síntese do trabalho ao longo de 2023, o primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

## Papel estratégico

Zeca destacou o papel estratégico que o PT teve na aprovação, no ano passado, de matérias de interesse de toda a sociedade brasileira, como a reforma tributária, o novo marco fiscal, a retomada do Bolsa Família e do Minha Casa, Minha Vida.

Odair agradeceu pelo apoio a seu nome para liderar o partido ao longo de 2024 e disse que vai atuar, em sintonia com o presidente Lula, para a continuidade da aprovação de projetos de interesse do povo brasileiro no transcorrer do ano, a fim de consolidar o projeto de desenvolvimento econômico e social em curso, no processo de reconstrução do país.

## Bancada combativa

Odair frisou que está há 21 anos na bancada federal do partido e se sente honrado por ser líder dos outros 67 parlamentares

Reprodução



petistas.

Observou que o partido “tem a bancada mais plural, combativa e atuante no Congresso Nacional e nas ruas”.

Segundo Odair, a bancada continuará a ter papel estratégico para seguir e aprovar as pautas de interesse nacional em 2024. Segundo ele, a agenda legislativa no ano será intensa.

## Biografia do novo líder

Odair Cunha tem 47 anos, é formado em Direito e deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais. Viveu sua infância e adolescência no Sul de Minas, no município de Boa Esperança. Iniciou sua militância política em 1999, sendo eleito deputado federal pela primeira vez em 2002, e atualmente se encontra em seu 5º mandato. Sempre dedicou seu trabalho ao desenvolvimento dos municípios mineiros e à inclusão social e oportunidade para todos.

Em 2013, Odair foi eleito presidente estadual do Partido dos Trabalhadores e em 2014 coordenou a campanha de Fernando Pimentel ao Governo de Minas

Gerais.

Em 2015 se licenciou da Câmara dos Deputados para assumir a Secretaria de Estado de Governo (Segov), da qual foi titular até novembro de 2018. Como secretário atuou em diversas conquistas para Minas Gerais, como a criação dos Fóruns Regionais de Governo; criação do SAMU Macro Sul; implantação do primeiro curso de Medicina da UEMG; aumento do efetivo das polícias civil e militar; entre outras.

Na Câmara dos Deputados, já ocupou importantes funções como: Terceiro-Secretário da Mesa Diretora; vice-líder do Governo; relator da Medida Provisória que criou o Programa Bolsa Família, entre outras. Em 2023, foi vice-líder do PT na Câmara e participou de diversas comissões. Em 2021 se tornou membro titular das comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Especial de Participação Público-Privadas.

Em 2022, foi reeleito com 129.146 votos.



# O JUÍZO DE HAIA E A MORAL INTERNACIONAL DO OCIDENTE

Bererchil eruptae officiminvel eum aut autectem di re nihillab  
ipictur?Abo. Totasi aligeni maximusandae volendi gnatum  
res apis

Por José Luís Fiori

**A**s conversações entre os “donos do mundo” costumam ser secretas e em princípio não deveriam vazarem. No entanto, transpirou em alguns órgãos da imprensa internacional que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, teria alegado a seu favor, junto a Joe Biden e Anthony Blinken, que os ingleses e norte-americanos também teriam bombardeado e destruído cidades e populações civis em várias de suas guerras ao redor do mundo. Se isto for certo, Netanyahu tem razão, porque de fato sua estratégia de saturação e destruição aérea da infraestrutura e da população civil da Faixa de Gaza é uma cópia atualizada dos bombardeios aéreos e massacres noturnos da população civil das cidades alemãs e japonesas que foram praticados pela aviação da Inglaterra e dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

Na verdade, o primeiro bombardeio aéreo massivo de que se tem notícia, de uma população civil indefesa ocorreu durante a Guerra Civil Espanhola, no dia 26 de abril de 1937, sobre a pequena cidade de Guernica,

que tinha cerca de 7 mil habitantes. O ataque foi realizado por aviões da Força Aérea Alemã, comandados pelo coronel Wolfram von Richthofen, embora se saiba que foi um bombardeio encomendado pelo próprio Gal Francisco Franco (1892-1975) contra seus opositores republicanos. Em poucas horas, 50 bombardeiros da Legião Condor despejaram 22 toneladas de explosivos incendiários e bombas de 250 quilos sobre uma cidadezinha - sem a menor importância estratégica - que

foi inteiramente destruída, matando 1.645 pessoas e deixando 889 feridas e mutiladas, a maioria crianças e mulheres.

No entanto, foram os ingleses e os norte-americanos que de fato massificaram a experiência alemã e transformaram a estratégia dos “genocídios aéreos” numa arma de guerra, utilizada com o objetivo de arrasar grandes cidades e destruir a moral e a vontade de luta de suas populações. Colônia, Dusseldorf, Hamburgo e Dresden foram as cidades alemãs mais famosas destruídas pelos bombardeios ingleses, e o mesmo aconteceu com o bombardeio norte-americano da cidade de Tóquio e de várias outras cidades japonesas, que foram incineradas antes do

ataque atômico norte-americano contra Hiroshima e Nagasaki, como descreveu de forma realista e implacável o ex-Secretário de Defesa norte americano, Robert MacNamara, no seu depoimento filmado em 2003, com o título “Sob a névoa da guerra”.

Nesta história que envergonha a Humanidade, existe um personagem inglês que cumpriu papel central na invenção e no patenteamento desses bombardeios de “saturação” dos espaços urbanos e de suas populações civis: o Marechal e Sir Arthur Travis Harris, também conhecido pelo ingleses como Arthur Bomber Harris, ou simplesmente Bomber Harris. Sir Arthur Bomber Harris foi oficial da Real Air Force inglesa de 1918 até 1946, e participou da Primeira Guerra Mundial como líder de um esquadrão da RAF. Depois, participou das guerras coloniais da Inglaterra na Índia, em 1921 e 1922, na Rodésia e no Iraque, onde lutou contra as tropas turcas e curdas. Entre 1933 e 1937, trabalhou no Air Ministry inglês, onde desenvolveu suas ideias e estratégia de bombardeios massivos e noturnos das cidades inimigas. Em 1938-9, Sir Bomber foi enviado para a Palestina, onde pode experimentar suas ideias de forma pioneira exata-

mente contra a população palestina, na chamada a "rebelião árabe" de 1938, podendo ser considerado como uma espécie de mestre e precursor direto de Benjamin Netanyahu.

Depois do seu longo estágio através das guerras coloniais inglesas, o Marechal Arthur Harris voltou para a Inglaterra em 1939, e assumiu a liderança do Bomber Command da RAF em fevereiro de 1942, organizando de imediato a sua primeira Operação Milênio, que incinerou a cidade de Colônia em menos de duas horas, na noite entre 30 e 31 de maio de 1942. Nessa noite foram lançadas sobre Colônia 1.500 toneladas de bombas, das quais 8.300 incendiárias, 116 de fósforo, 81 de alta combustão e outras carregadas com 125 litros de fluidos altamente inflamáveis, deixando atrás de si 45 mil desabrigados. Um ano depois, Sir Bomber comandou também a Operação Gomorra, realizada em conjunto com a Força Aérea norte-americana, contra a cidade de Hamburgo, no norte da Alemanha. O bombardeio de Hamburgo começou no dia 24 de julho e durou 7 dias e 7 noites (à noite atacavam os ingleses e de dia, os norte-americanos). Foram realizados 3 mil bombardeios

utilizando 9 mil toneladas de bombas, e no dia 27 de julho vários incêndios se juntaram pela ação do vento, criando um verdadeiro inferno de fogo, com suas chamas alcançando mais de 300 metros de altura, e 800 graus centígrados, provocando 42.600 mortes e 37 mil feridos, e mais de um milhão de desabrigados. Alguns historiadores falam inclusive deste bombardeio de Hamburgo como tendo sido a Hiroshima da Alemanha.

Não há dúvida, entretanto, de que a incineração da cidade de Dresden no leste da Alemanha,

em 13 de fevereiro de 1945, já quase no final da Segunda Guerra, pela RAF inglesa e pela Força Aérea dos Estados Unidos, foi o caso mais absurdo, dramático e vingativo dos genocídios aéreos anglo-americanos praticados na Alemanha. Neste caso, por ordem direta e pessoal do primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, uma das cidades históricas mais belas e cultas da Alemanha foi incendiada e destruída em apenas dois dias. Foram utilizados 1.300 bombardeiros pesados que lançaram 3.900 toneladas de dispositivos incendiários, destruindo 40 quilômetros quadrados do centro da cidade, e deixando mais de 100 mil mortos. Um número maior do que todas as mortes de civis ingleses ocorridas durante toda a Segunda Guerra Mundial, sendo que 80% eram mulheres e crianças.

Depois disso, e ainda no ano de 1945, a Força Aérea norte-americana utilizou a mesma estratégia dos bombardeios noturnos contra cidades indefesas, em Tóquio e várias outras cidades japonesas, que foram literalmente eliminadas do mapa, como aparece descrito na entrevista ex-ministro Robert MacNamara, já mencionada. No caso mais famoso da cidade de Tóquio, a Operação Meetinghouse, realizada nos dias 9 e 10 de março de 1945, provocou uma verdadeira tempestade de fogo noturna, com a utilização de bombas de fragmentação para aumentar o número das vítimas, estimadas em 200 mil pessoas, com cerca de 1 milhão de feridos. Tudo isto quase na véspera do lançamento norte-americano de duas bombas atômicas sobre a população civil das cidades de Hiroshima e Nagasaki, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, provocando a morte instantânea de mais 200 mil ci-

vis japoneses desarmados. Mais à frente, a aviação norte-americana voltaria a utilizar a mesma estratégia de "saturação" aérea contra o Vietnã e o Camboja, utilizando napalm contra as cidades, a população e as florestas vietnamitas e cambojanas. Antes disso, entretanto, consta que em 1946, o grande "inventor" inglês dos genocídios aéreos, Sir Arthur Travis Harris, deixou a RAF e foi ser empresário na África do Sul, deixando atrás uma escola e inúmeros discípulos.

Resumindo: o atual "genocídio aéreo" do povo palestino da Faixa de Gaza, praticado pela Força Aérea Israelense, descende diretamente de uma escola estratégica anglo-americana. Há, no entanto, duas grandes diferenças com relação à prática anglo-americana da Segunda Guerra: a primeira é que o bombardeio da Faixa de Gaza se dá à luz do dia e

é feito por um Estado atômico que recebe 3,8 bilhões de dólares anuais de ajuda militar dos Estados Unidos, além da venda de outros milhões em armamentos, em cima de um povo que vive praticamente da filantropia internacional; e a segunda, que esse novo "genocídio aéreo" está ocorrendo neste momento, ao vivo e à cores, no "coração" religioso da civilização ocidental, e ao ser assistido diariamente por toda a população mundial, está contribuindo de forma decisiva e cabal para enterrar a ideia da excepcionalidade moral do Ocidente. Neste sentido, a denúncia de Israel, pela África do Sul, frente à Corte Internacional de Haya, pelo genocídio palestino na Faixa de Gaza, deve ser lida também, como uma denúncia da África Negra da inconsistência moral das potências coloniais e neocoloniais euro-americanas.

Reprodução



10 de fevereiro de 1980

## DAS FÁBRICAS E DAS RUAS, PT CHEGA PARA MUDAR

O Manifesto do Partido dos Trabalhadores é aprovado na reunião de fundação da legenda no auditório do Colégio Sion, em São Paulo. O documento afirma que o PT “surge da necessidade sentida por milhões de trabalhadores brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la”. Propõe mobilizar os trabalhadores da cidade e do campo não apenas nos períodos eleitorais e organizá-los para “construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores”.

Liderado por dirigentes sindicais combativos, o PT atraiu ativistas das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ex-militantes de organizações revolucionárias, um respeitável núcleo de intelectuais de esquerda e militantes de movimentos sociais. Foi a primeira legenda organizada após a reforma partidária que extinguiu o MDB e a Arena. A criação do PT surpreendeu a ditadura, que não contava com um partido de esquerda nascido de bases populares. Também surpreendeu setores da oposição que defendiam a formação de um partido social-democrata ou a permanência da esquerda no PMDB.

Como principal liderança do

PT, destacava-se o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, o Lula, que desde 1978 desafiava a ditadura à frente de grandes greves. A ficha de filiação número um foi assinada por Apolônio de Carvalho, ex-dirigente comunista que lutou contra o fascismo na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa. Na sequência, assinaram o crítico de arte Mário Pedrosa, o crítico literário Antonio Candido e o historiador Sérgio Buarque de Holanda, historicamente ligados à luta pelo socialismo no país.

A criação de um Partido dos Trabalhadores vinha sendo discutida desde outubro de 1978, quando Lula lançou a tese no 3º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, em Guarujá (SP). Na época, ele argumentava que os trabalhadores precisavam eleger seus próprios representantes no Congresso Nacional. Em 13 de outubro de 1979, foi eleita a Comissão Nacional provisória do Movimento Pró-PT, coordenada por Jacó Bittar, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas (SP). Dirigentes sindicais como Olívio Dutra, Manuel da Conceição e Luiz Dulci eram maioria na comissão.

09 de fevereiro 1967

## LEI DE IMPRENSA DETERMINA CENSURA PRÉVIA DE JORNAIS E ESPETÁCULOS

É promulgada a nova Lei de Imprensa, que estabelece a censura prévia de espetáculos, cinema, rádio e televisão, além de agravar as penas de jornalistas condenados por suposta ofensa às autoridades.

O documento passou a considerar criminosa qualquer publicação que faça “propaganda de processos para subversão da ordem política e social”, com pena prevista de 1 a 4 anos de prisão. Proibiu, ainda, a circulação de livros, jornais e de outras publicações que “atentem contra a moral e os bons costumes”. As restrições se estendiam a títulos estrangeiros.

A partir da entrada em vigor da nova lei, os filmes nos cinemas e os programas a serem exibidos na televisão deveriam apresentar na tela, antes do início, uma autorização rubricada pelos censores de plantão. Entre outras medidas, no caso de decretação de estado de sítio, o governo poderia enviar agentes às redações de jornais e revistas e às emissoras de rádio e televisão para fazer a censura prévia do noticiário.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br) ou [memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)*

Reprodução

12/02/2005

## IRMÃ DOROTHY STANG É MORTA A TIROS NO PARÁ

Numa estrada de terra de difícil acesso a 53 quilômetros de Anapu (PA), a missionária católica Dorothy Mae Stang é assassinada com sete tiros, por defender os sem-terra. Os latifundiários Vitalmiro Bastos de Moura e Regivaldo Pereira Galvão são apontados como os principais mandantes do crime.

Norte-americana naturalizada brasileira, irmã Dorothy chegou ao Brasil em 1966 e desde a década de 1970 atuava na região amazônica, mantendo intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra.

Em Anapu, a religiosa foi a responsável pela implantação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, modelo de assentamento e gestão que produzia uma fonte segura de renda com a colheita de madeira, sem destruir a floresta. A área era disputada por madeireiros e latifundiários, que encomendaram a morte da ativista.

Irmã Dorothy vinha recebendo ameaças de morte havia mais de um ano, mas não se deixava intimidar: “Não vou fugir nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade, sem devastar”, declarou.

Conforme levantamento da Comissão Pastoral da Terra, entre 2005 e 2014, 325 pessoas foram assassinadas no Brasil em razão de conflitos de terra – 219 na Amazônia.



14/02/1956

## KRUSCHEV DENUNCIA CRIMES DE STÁLIN

Em discurso de cinco horas, feito a portas fechadas para os delegados do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o secretário-geral Nikita Krushev responsabiliza o poderoso líder Josef Stálin, que governou o país de 1922 até morrer, em 1953, de ter praticado uma política sistemática de tortura e execução de seus opositores no partido. Os que conseguiam escapar dos fuzilamentos, conforme a denúncia, eram condenados a trabalhos forçados degradantes. Segundo Krushev, aqueles “comunistas honestos e inocentes” foram julgados sumariamente com base em confissões obtidas sob tortura, prática generalizada e até estimulada por Stálin.

Krushev, que fez parte da equipe de Stálin durante décadas, também relata a “cruel deportação de povos inteiros” do território soviético e condena a “presunçosa imprudência” de Stálin durante a Segun-

da Guerra, que teria redundado na invasão da Rússia por tropas da Alemanha nazista. Criticou, ainda, o “culto à personalidade”, marca do período stalinista.

O chamado “discurso secreto” de Krushev, que pouco tempo depois seria divulgado pela imprensa ocidental, daria início à chamada “desestalinização” da União Soviética – que resultaria na libertação de 81 mil presos de campos de trabalhos forçados e de outros milhares de presos políticos e no resgate da memória dos líderes e militantes executados.

O 20º Congresso do PCUS causaria reações diversas nos partidos comunistas do mundo. A China de Mao Tse-tung romperia com o PCUS. A relativa liberalização do regime soviético estimularia movimentos nacionalistas na Hungria, Polônia e Tchecoslováquia.

A partir daí, o movimento comunista se envolveria num intenso debate internacional.



# BRASIL

## 200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva  
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro  
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve  
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo  
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira  
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto  
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro  
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha  
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC  
EDITORA